



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

FLÁVIA MELINA AZEVEDO VAZ DOS SANTOS

**PEDAGOGAS(OS) EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: A CONSTRUÇÃO DE
PRÁTICAS PROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO**

JOÃO PESSOA – PB

2018

FLÁVIA MELINA AZEVEDO VAZ DOS SANTOS

**PEDAGOGAS(OS) EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: A CONSTRUÇÃO DE
PRÁTICAS PROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso para ser
apresentado ao Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba em
cumprimento as exigências para obtenção de
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Leonardo Rolim de
Lima Severo.

João Pessoa – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Flávia Melina Azevêdo Vaz Dos.
Pedagogas(os) em espaços não escolares: a construção de
práticas profissionais na Assistência Social e
Socioeducação / Flávia Melina Azevêdo Vaz Dos Santos. -
João Pessoa, 2018.
84 f. : il.

Orientação: José Leonardo Rolim de Lima Severo.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Pedagogo(a). 2. Espaços Não Escolares. 3. Pedagogia
Social. 4. Assistência Social. 5. Socioeducação. I.
Severo, José Leonardo Rolim de Lima. II. Título.

UFPB/BC

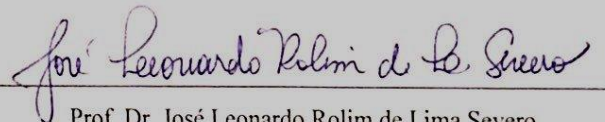
FLÁVIA MELINA AZEVEDO VAZ DOS SANTOS

**PEDAGOGAS(OS) EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: A CONSTRUÇÃO DE
PRÁTICAS PROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal
da Paraíba em cumprimento as exigências para obtenção de título de Licenciatura em
Pedagogia

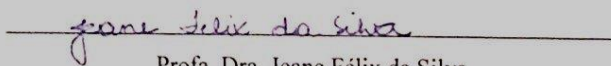
Aprovada em, 15 de junho de 2018.

Comissão examinadora



Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo

(Orientador - UFPB)



Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

(Examinadora - UFPB)



Profa. Dra. Nádia Jane de Sousa

(Examinadora - UFPB)

Dedico esta produção a todas(os) pedagogas(os) que atuam ou desejam atuar nos espaços não escolares que lutam pela visibilidade de suas ações, reconhecimento profissional, pois a educação social exige formação especializada e contextualizadas com as demandas sociais.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me fazer sentir sua presença nos momentos de angústia, fortalecer meu espírito com suas mensagens, emanando nas entrelinhas dos seus ensinamentos, a esperança e serenidade necessária para acreditar que tudo passa!

Ninguém constrói sua história de vida sozinho. Alguns de nós, nascemos em um vínculo familiar e construímos outras relações pessoais, desses vínculos, obtemos referências iniciais para compor nossa personalidade e o que seremos/queremos para nossa vida. Por isso, sou muito grata a todos que estiveram presente nesta caminhada acadêmica, seja dentro dos espaços da universidade, ou fora deles, me inspirando, motivando e me fazendo ser persistente em alguns momentos, para alcançar um objetivo.

Dentre essas pessoas, sou imensamente grata a minha família, mãe, padrasto, irmãos, esposo e sobrinhos. Sobre tudo, à minha mãe, como minha educadora de vida, mostrou-me através da sua força e história, a ser persistente e aprender a superar os obstáculos que surgiram. Por isso, sou grata a Dona Maria José, por ser uma referência de mulher guerreira e compreender as minhas escolhas e os momentos de ausência.

Grata aos meus irmãos, Mauro, Junior e Rayssa, por me incentivarem a ir além do que nossas condições mostraram-se possíveis. E nos momentos de descontração, meus sobrinhos se fizeram presentes, Mayara, Júlia e Lucas, com eles pude praticar processos educativos que acontecem em espaços informais e não escolares, mas construídos com muito carinho e afetividade, assim também será com Miguel, sobrinho que em breve receberá todo carinho e conhecimento que esta tia puder compartilhar. À Hulk e Bob, mais que animais, foram meus companheiros de madrugada, caminhadas, com seus olhares dóceis e fraternos observando as idas e vindas para universidade.

À Ramon, que nessa caminhada, surgiu em meio aos desafetos, incertezas e desesperanças, trouxe o acalento que meu coração precisava, tornaste meu ponto de apoio, grata a Deus por ter colocado você em minha vida, e hoje, es este esposo companheiro, amável e compreensivo.

Grata a todos(as) professores(as) pela contribuição e empenho na formação dos(as) futuros(as) pedagogos(as) e em especial, ao prof. Leonardo Severo que chegou no momento oportuno e acolheu minhas ideias, contribuiu bastante com a minha formação, uma pessoa

instigante, intensamente produtiva sobre os elementos pedagógicos, principalmente, os não escolares, por isso serei eternamente grata pelos ensinamentos diários e por sua persistência em fazer e buscar novos diálogos educativos.

As amigas que me ajudaram nesta jornada, Negla e Luciana pelos conselhos, debates e contribuições sobre os conceitos e caminhos investigativos que conduziram este trabalho, à Anna Karla amiga de tantos momentos fora do espaço universitário, obrigada pelos instantes de descontração e por compreender os momentos de ausência.

Ao Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), pela oportunidade em participar do projeto e pesquisar sobre o campo inviabilizado, possibilitando que novos caminhos sejam explorados dentro do vasto terreno que a educação contempla.

Por fim, este trabalho foi construído graças a inserção de Pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais nos espaços não escolares, por isto sou admiradora da persistência por levarem seus conhecimentos aos espaços inviabilizados pelas instituições acadêmicas e pelo currículo formativo, grata pela colaboração com a pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Sistema de Garantia de Direitos.....	27
QUADRO 01 – Espaços mapeados.....	36
QUADRO 02 – Reconhecimento profissional.....	45
QUADRO 03 – Avaliação da atuação profissional.....	49
QUADRO 04 – Atividades e Metodologias.....	55

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENE	Educação Não Escolar
FUNDAC	Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida"
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência
PIVIC	Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDH-PB	Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba
SEDES-JP	Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNAVIDA	Universidade Aberta Vida
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Voluntários da Iniciação Científica 2017/18, na Universidade Federal da Paraíba, tendo como objetivo mapear espaços não escolares para a atuação do (a) pedagogo(a) no município de João Pessoa - PB, com ênfase no âmbito da Assistência Social e Socioeducação, além de perceber quais ações educativo-sociais são realizadas por estes(as) profissionais voltadas aos usuários dos serviços, programas e projetos vinculados aos organismos públicos e organização não governamental. Os elementos teóricos se configuram através das concepções do sentido da Pedagogia como Ciência da Educação conforme aportadas por Franco (2008), Pinto (2006), Saviani (2007), e da Pedagogia Social como referência para o mundo do trabalho nas instituições pesquisadas, conforme discutem Casteleiro (2008), Perez Serrano (2003; 2014) e Severo (2012; 2015; 2017). Quanto às especificidades dos serviços da Assistência Social e Socioeducação, apresentamos alguns documentos que orientam os profissionais para a efetivação da política pública de assistência social, como a LOAS, PNAS, SINASE (BRASIL, 1993; 2004; 2012). O percurso metodológico que configura esta pesquisa se conduz pela análise qualitativa e de conteúdo, sendo realizado em três fases: aproximação dos elementos teóricos, mapeamento dos espaços de atuação e, por fim, aplicação dos questionários e realização das entrevistas semi-estruturadas. Obteve-se 22 questionários respondidos, dentre os quais nove são de pedagogas(os) que se disponibilizaram em participar das entrevistas. Desta forma, identificou-se que os modos de atuação pedagógica se direcionam para possíveis melhorias de condição econômica e social, tendo como principal referência de organização os documentos legais das políticas públicas com pouca incidência de referências teórico-metodológicas mais estruturadas, já que a formação das(os) pedagogas(os) é apontada como insuficiente para o trabalho desenvolvido por esses(as) profissionais no âmbito dos espaços não escolares, sobretudo os da Assistência e Socioeducação.

Palavras-chave: Pedagogo(a). Espaços Não Escolares. Pedagogia Social. Assistência Social. Socioeducação.

Abstract

This term paper is a result of research developed within the Institutional Program of Volunteers of Scientific Initiation 2017/18, at the Federal University of Paraíba, aiming to map non-school spaces for the pedagogue's action in the municipality of João Pessoa - PB, with emphasis on Social Assistance and Socio-education, besides to perceiving which educational and social actions carried out by these professionals are aimed at the users of the services, programs and projects linked to public agencies and non-governmental organization. The theoretical elements are based on the conceptions of the meaning of Pedagogy as Science of Education as provided by Franco (2008), Pinto (2006), Saviani (2007), and of the Social Pedagogy as a reference for the world of work in the researched institutions, as discussed Casteleiro (2008), Perez Serrano (2003; 2014) and Severo (2012; 2015; 2017). Regarding the specificities of the Social Assistance and Socio-education services, we present some documents that guide the professionals for the implementation of public policy of social assistance, such as LOAS, PNAS, SINASE (BRAZIL, 1993; 2004; 2012). The methodological path that configures this research is followed by the qualitative and content analysis, being carried out in three phases: approximation of theoretical elements, mapping of the spaces of actuation and, finally, application of the questionnaires and semi-structured interviews. It was obtained 22 questionnaires answered, among which nine are of pedagogues who were available to participate in the interviews. Thus, was identified that the modes of pedagogical performance are directed towards possible improvements of economic and social condition, having as main reference of organization the legal documents of the public policies with little incidence of more structured theoretical-methodological references, since the formation of the pedagogues is indicated as insufficient for the work developed by these professionals in the scope of non-school spaces, especially those of Assistance and Socioeducation.

Keywords: Pedagogue. Non-School Spaces. Social Pedagogy. Social Assistance. Socio-education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. SUBSÍDIOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA E PEDAGOGIA SOCIAL.....	17
1.1. As especificidades teóricas da Pedagogia	17
1.2. Debate teórico-metodológico para compreensão da Pedagogia Social	20
2. OUTROS CENÁRIOS EDUCATIVOS: ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS(OS) NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	25
2.1. Orientações dos documentos legais para a efetivação das práticas pedagógicas nos espaços da Assistência Social e Socioeducação	26
2.2. Saberes e habilidades profissionais dos(as) educadores(as) nos espaços educativo-sociais	29
3. PESQUISA EMPÍRICA: EXPLORANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVO-SOCIAIS E PERFIS DAS(OS) PEDAGOGAS(OS) NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.....	35
3.1. Processo Metodológico.....	36
3.1.1. Campo e sujeitos da pesquisa	37
3.1.2. Instrumento e procedimentos para coleta de dados	41
3.1.3. Método de análise	42
3.2. Processo Analítico das categorias	43
3.2.1. <i>Categoria de formação profissional</i>	44
3.2.2 <i>Categoria de identidade profissional</i>	48
3.2.3 <i>Categoria de atuação profissional</i>	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

A partir de experiências profissionais realizadas através da atuação como auxiliar administrativa no Conselho Tutelar de João Pessoa durante quatro anos, aliadas à função de voluntária como Agente de Proteção da Infância e Juventude desempenhada junto a 2º Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba (função desempenhada por dois anos) e estágio não obrigatório realizado entre janeiro de 2016 a janeiro de 2017 na Escola de Magistratura da Paraíba, inquietações surgiram em torno de como o Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, tem tratado a formação de pedagogos(as) para espaços não escolares

Na graduação em Pedagogia, poucos foram os contatos com conteúdos e experiências relacionadas à atuação do (a) pedagogo (a) em espaços educativos não escolares. Ainda no início da graduação, sentia o interesse em pesquisar sobre estes(as) profissionais que escolheram enveredar por caminho distinto ao da formação para o magistério escolar, mas que desenvolviam em suas atividades ações educativas tão importantes quanto essa. Frente a tais inquietações, compreendi a necessidade de ampliação dos debates em torno da atuação do (a) Pedagogo (a), tendo em vista, as múltiplas possibilidades que existem em diversas esferas sociais, principalmente onde se processem ações que manifestam dimensões educativas.

Esse trabalho se apoia em subsídios teóricos e empíricos construídos, a partir do projeto intitulado "*A educação não formal como campo de atuação de pedagogos: entre desafios das práticas profissionais e possibilidades curriculares*", o qual se vincula ao Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC/2017-18). A participação na pesquisa foi a oportunidade para inserir-me como assistente de pesquisa voluntária e aproximação do campo de investigação sobre a atuação do(a) Pedagogo(a) em espaços não escolares.

Através do projeto, observamos à importância da pesquisa para ampliação dos debates e reconhecimento dos(as) pedagogos(as) que atuam em diversos contextos educativos, principalmente, no campo social. A literatura referente a essa temática ainda é limitada no que concerne as ações, aos espaços e às demandas de formação inicial e continuada necessária para o exercício laboral nesses outros contextos.

Compreende-se que a inserção de processos educativos em diversos contextos, principalmente, para além da sala de aula se justifica pelo entendimento do caráter formativo que demandam diferentes intervenções sociais, de modo que o curso de Pedagogia deve

passar a explorar novos cenários educativos e a dialogar com os sujeitos que o compõem, além de acrescentar novos sentidos a prática pedagógica, e consequentemente, a construção da identidade profissional dos(as) pedagogos(as).

Munidos de elementos que são essenciais para compreensão das especificidades no exercício profissional, nos aproximamos de termos/conceitos necessários para abordar o campo empírico da pesquisa. Os conceitos de Educação Não Escolar (ENE) e Educação Social, se apresentam neste trabalho através das produções teóricas de Severo (2015b), o qual destaca as mudanças ocorridas tanto nas instituições escolares, como também, pelas necessidades contemporâneas que permeiam a sociedade e, em virtude disto, resultam na reflexão de novos olhares pedagógicos, principalmente, na formação de educadores. Esses conceitos permitem a caracterização dos espaços pesquisados e de categorizá-los, no sentido de diferenciar espaços Escolar e Não Escolar.

O trabalho têm como objetivo geral:

- a) analisar os modos de atuação pedagógica de pedagogos(a) que desenvolvem práticas educativo-sociais nos espaços não escolares em João Pessoa/PB;

Objetivos específicos:

- a) mapear os espaços que incorporam pedagogos(a) que realizem ações/intervenções educativo-sociais;
- b) analisar os princípios e metodologias utilizados como instrumento por estes profissionais no âmbito da educação não escolar;
- c) identificar se na formação desses profissionais houve subsídios teórico-metodológico que colaborem com a intervenção pedagógica nesses espaços.

Para entendermos sobre o campo de práticas pedagógicas nesse campo educativo-social, utilizaremos as pesquisas apresentadas por Casteleiro (2008), Perez Serrano (2003; 2014), Machado (2014) e Severo (2012; 2015; 2017), os quais abordam conceitos sobre a Pedagogia Social e Educação Social.

Como a atuação do Pedagogo (a) e Educador (a) Social ainda são fontes de discussão e de estudo, apresentaremos, especificamente na cidade João Pessoa/PB, quais espaços em que estejam atuando e seu perfil profissional. Tendo como orientação para as atividades laborais que se desenvolvem nos espaços/serviços sociais, utilizaremos as pesquisas feitas por

Machado (2014) e Moura et.al. (2014) as quais discutem sobre o exercício laboral no campo educativo-social.

Além dos referenciais destacados, os documentos legais que regem as políticas públicas educacionais e sociais servem como orientação e execução para desenvolvimento dos programas, projetos e serviços nos espaços pesquisado.

Esses referenciais se configuram como fontes para as especificidades destacadas no saber-fazer profissional, principalmente, para acrescentar e fortalecer a identidade do trabalho pedagógico no campo social.

Novas demandas sociais resultam na construção de perfis profissionais que se insiram ativa e criticamente em diferentes espaços educativos, trazendo novos arranjos para a formação humana nos mesmos e a consolidação das experiências que constituem os processos pedagógicos em espaços Não Escolares. O exercício laboral do(a) pedagogo(a) nesses espaços educativo-sociais deve ter por sentindo elementos significativos para a sua prática e para o fortalecimento da sua identidade profissional, além de considerar a sua relação com sujeitos sociais de direitos e deveres.

Assim, nos perguntamos, quais os espaços e serviços que dispõem em sua organização pedagogos(as) que desenvolvem funções educativo-sociais na grande João Pessoa? Quais são as formas de atuação implementadas nesses contextos não escolares? Como a Pedagogia Social poderia contribuir para esses profissionais e para a promoção de práticas educativo-sociais?

Essas problemáticas foram fundamentais para construção deste trabalho de conclusão de curso, onde nos propusemos em investigar a inserção e os modos de atuação profissional de egressos de Pedagogia em diferentes cenários educativo-sociais na região metropolitana de João Pessoa – PB.

Isto posto, nos propomos em enfatizar nas entrelinhas do trabalho alguns aspectos consideráveis em torno dos conceitos e temáticas que circundam as práticas educativo-sociais e o exercício profissional dos educadores, por isso, o primeiro capítulo busca analisar a cientificidade da Pedagogia para explicarmos que esta definição possibilitou a análise e traçar conceitos sobre as nuances educativas, de modo a perceber que ela é complexa e ampla, e por isso, outras ciências educativas surgiram a partir dela, como a Pedagogia Social.

No segundo capítulo, delimitamos os campos da pesquisa, destacando os espaços que nela constitui para explicarmos quais as ações educativas que são construídas nos espaços não escolares e qual a perfil profissional das(o) pedagogas(o) que as desenvolvem, por fim, no

terceiro capítulo, delineamos a pesquisa em suas fases, fundamentando com os pressupostos teóricos vistos nas leituras prévias e orientando a análise dos questionários e entrevistas semi-estruturada.

1. SUBSÍDIOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA E PEDAGOGIA SOCIAL

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas (LIBÂNEO, 2001).

Ao analisarmos as complexidades que existem no campo da educação, compreendemos a necessidade dos subsídios teóricos e empíricos da Pedagogia serem cada vez mais próximos das dinâmicas educativas da sociedade atual. Nota-se, por exemplo, que a dimensão educativa da Pedagogia se objetiva em fomentar o desenvolvimento humano em contextos sociais diversos. Assim, o sentido de educabilidade que abarca não poderia se restringir à escolarização (TRILLA *et. al*, 2008).

Em virtude dos caminhos possíveis que existem além dos representados pela escola, tomando por base a Pedagogia em seu contexto como a ciência específica fomentadora dos processos educativos como prática social, apresentaremos, neste capítulo, aspectos teórico-metodológicos que potencializam o sentido de Pedagogia e demarcam pontos históricos que exprimem como tem se constituído cientificamente e que evidenciam seu caráter explicativo e propositivo dos fenômenos educativos. Este campo científico também se amplia para compreender as complexidades que não foram explicadas através do saber/fazer escolar, demonstrando, assim, a emergência do surgimento e definições sobre/da Pedagogia Social.

1.1. As especificidades teóricas da Pedagogia

A origem da Pedagogia se entrecruza com evolução humana; seu processo histórico tomou delineações a partir da civilização ocidental, transitando pela Modernidade e chega à Contemporaneidade com definições científicas complexas e não consensuadas (SAVIANI, 2007). O objeto investigativo da Pedagogia, a educação, se demonstra como aspectos das práticas educativas institucionalizadas, e nesse percursos históricos, os caminhos que foram delineados para a consolidação da Pedagogia se enveredaram para as particularidades da escola, principalmente, no que tange à educação de crianças (SAVIANI, 2007).

Durante a construção da identidade do curso de Pedagogia, muitos debates foram estabelecidos para a verificação do seu campo epistemológico, direcionados para as necessidades apresentadas pelos espaços escolares e no decorrer do tempo este viés se

intensificou, pois os documentos que regulamentavam o curso se estruturaram para as funções educativas escolares ou para o exercício técnico, conforme ressalta os pareceres nº251/62 e nº292/62 (FRANCO; MASCARENHAS, 2017).

Conforme as lacunas que se apresentavam no sistema escolar, outras alterações eram realizadas para supri-lás, como as novas atribuições de gestão e docente das series iniciais, essas questões foram estruturadas, respectivamente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e posteriormente, com a Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia de 2006. Esses documentos, são, até hoje, a base para os cursos de Pedagogia, contudo não trazem fundamentos para estruturar as práticas desenvolvidas com os diversos sujeitos e ambientes educativos.

Outras questões que culminaram com passar dos tempos, dentro do campo de especificidades da Pedagogia, foi com a intensificação dos debates em torno da sua cientificidade, pois é vista como campo de aplicação de outras ciências humanas, contudo, assim como as outras ciências, as complexidades que envolviam os fenômenos educativos sempre presentes nas práticas pedagógicas, se apresentam como propícios a novos debates e investigações quanto a seu sentido múltiplo, "[...] o importante é o entendimento dessa mudança epistemológica no tratamento da educação como objetivo de investigação[...]" (PINTO, 2006, p. 25).

A Pedagogia teve, a partir das contribuições do processo de legitimar sua cientificidade, a abertura para se observar outras concepções pedagógica realizadas nos diversos espaços e inclusive nos não escolares, problematizando assim, a visão que se tinha até então de Pedagogia para práticas escolares ou para técnicos em educação (FRANCO; MASCARENHAS, 2017).

A diversidade educativa se mostrou presente através dos diversos movimentos que se intensificaram ao longo da história da própria Pedagogia para a exploração dos campos e sujeitos utilizadores das práticas educativas nos ambientes não escolares essa relação da prática pedagógica com outros cenários educativos possibilitaram que o escopo da Pedagogia enquanto Ciência da Educação, seja analisar e trabalhar as múltiplas práticas pedagógicas.

Segundo Franco (2008), para além das relações inter e multidisciplinares que se estabelecem com outras ciências, a especificidade da Pedagogia a torna "[...] uma ciência que não apenas pensa e teoriza as questões educativas, mas que organiza ações estruturais, que produzam novas condições de exercício pedagógico[...]", (FRANCO, 2008, p. 73). Ou seja, a

pedagogia, enquanto ciência da educação, deve problematizar e sistematizar a intencionalidade dos fenômenos educativos como um todo e não apenas da educação escolar.

A práxis educativa, citada por Franco e Mascarenhas (2017, p. 47) "[...] é compreendida a partir da filosofia marxista como uma atitude (teórica-prática) humana de transformação da natureza e da sociedade. Não basta conhecer e interpretar o mundo (teórico), é preciso transformá-lo (práxis)."; este sentido da práxis se conduz por meio do trabalho pedagógico para relações sociais, não se reduzindo só a prática, mas construindo através da Ciência da Educação, processos investigativos e transformadores.

Os apontamentos em torno da cientificidade sobre a Pedagogia convergem para o sentido de apresentá-la como terreno fértil propício para o dialogar com outras ciências humanas e sociais sem ignorar a especificidade do seu enfoque epistemológico em torno de um objeto de conhecimento próprio: a práxis educativa. Por isso, esta concepção de práxis educativa colabora para que o conceito de docência tão enfatizado para se atribuir ao campo epistemológico da Pedagogia seja desmistificado, trazendo outras finalidades para o trabalho pedagógico, com outros sentidos reflexivos e críticos.

Desta forma, a Pedagogia demonstra ter um sentido identitário complexo, pois nem os documentos e currículo contribuem para sua estruturação por evidenciar a licenciatura como campo investigativo, por isso, enfatizamos o sentido da Pedagogia enquanto ciência, partindo da concepção que a práxis pedagógica, a qual devem ser compreendida com manifestações que se dão também nos espaços não escolares. Nossa defesa é para que sejam investigadas, os fenômenos educativo-sociais que necessitam de ações sistematizadas e profissionais capacitados.

O que se apresenta também, são proposições de ações educativo-sociais construídas em espaços Não Escolares que perpassam os conceitos pré-definidos para suprir a necessidade de uma demanda de sociedade alfabetizada e letrada ou economicamente sustentável, como o foi apontado pelo neoliberalismo.

O que está reportado neste trabalho são modos de Educação estruturados por um campo próprio de ações educativo-sociais. Assim, existe muito para ser explorado neste terreno fecundo, além da produção de novas demarcações de saberes/fazeres pedagógicos, apresentando a potencialidade e especificidades das experiências educativas, destacando a peculiaridade na atuação do pedagogo em seu sentido diverso.

Considerando que o sentido social que se emerge das ações pedagógicas diz respeito a ações formativas se constituem na interação entre as pessoas, em diferentes espaços e

situações, nos preocupamos, também, em apresentar na construção do trabalho um marco conceitual para a Pedagogia Social, tendo em vista a necessidade em se compreender melhor o sentido do seu campo teórico-metodológico.

1.2. Debate teórico-metodológico para compreensão da Pedagogia Social

Ao tecermos elementos teóricos para construção dos conceitos e cientificidade sobre/da Pedagogia Social, destacamos, a priori, a fragilidade em se encontrar uma literatura consolidada sobre o campo específico da Pedagogia Social e Educação Social no Brasil, pois a construção teórica se caminha para a ampliação e compreensão dos elementos específicos que estão presente nas práticas educativo-social, possibilitando a legitimação do profissional nesses espaços que necessitam da contribuição do(a) pedagogo(a) no campo social.

As discussões sobre o campo da Pedagogia Social estão mais fortalecidas na Europa, principalmente na Espanha em virtude disto apontaremos referências produzidas por pesquisadores(as) desse país e por pesquisadores(as) brasileiros(as) que estão dando visibilidade para o campo teórico e prático que envolve essa disciplina e seu objeto de estudo, fomentando, assim, os saberes necessários para os profissionais que atuam nos espaços educativo-sociais, além de possibilitar novas reflexões sobre as ações pedagógicas desenvolvidas proporcionando para fortalecê-las.

Apesar dos elementos teóricos em torno da Pedagogia Social estarem ausente na formação dos educadores, especificamente, partindo das(os) pedagogas(o) encontradas(os), as concepções teóricas da Pedagogia Social estão presentes em alguns momentos quando aplicados com os usuários, mas não são identificados pelos profissionais em virtude da ausência desses conteúdos na formação acadêmica.

A conceituação da Pedagogia Social surge a partir do alemão, Karl Mager, em 1944. Segundo Casteleiro (2008), a Pedagogia Social e Educação Social tem dimensões específicas, correspondem ao enfoque teórico e prático para subsidiar as práticas que serão desenvolvidas mediante o objetivo da Educação Social.

Isto posto, o sentido que trazemos para as ações que estão apresentadas através do conceito "educativo-social", destina-se justamente aos métodos realizados para/com os indivíduos, que usufruem das políticas públicas sociais, sendo a ação educativo-social o caminho para proporcionar mais que a minimização dos anseios e vulnerabilidade social, ela proporcionará também, processos mais igualitários que visem a concepção de mudanças

sociais significativas na vidas dos indivíduos e coletivos que usufruem dos serviços.

Trazendo ainda para afirmação do objetivo da Educação Social, Casteleiro (2008, p. 5) reforça que "O objectivo primordial é o de contribuir para a integração social do indivíduo estimulando a capacidade crítica, para que consiga melhorar e transformar o meio social em que vivem".

A Pedagogia Social se constrói historicamente atrelada a propostas pedagógicas que orientam os processos socioeducativos considerando as condições sociais da cultura e as condições culturais da vida social (NARTOP, apud PÉREZ SERRANO, 2003). Essa disciplina abre espaços para novos âmbitos educativos além do espaço escolar e tem como objeto de estudo a educação social.

[...] no curso do Século XX até atualidade, a Pedagogia Social construiu uma identidade epistemológica como disciplina científica cujo objeto é a Educação Social e tem como referencial para práticas de formação e atuação de profissionais que atuam, principalmente, no campo da Educação Não Escolar, tendo estado associada também, na última década, a práticas de educação não-formais ocorridas no espaço da escola, desempenhadas como recursos de diversificação formativa para atender a demandas de socialização de saberes e práticas que transcendem os limites de componentes curriculares específicos[...]. (SEVERO, 2017, p. 2124) .

A história da Pedagogia Social é marcada pela necessidade de práticas que fossem levadas à pessoas em situação de vulnerabilidades e negligenciados pela escola, os quais, inseridos em processos educativos sociais, poderiam reconhecer melhor o outro e seu contexto social para participar ativamente da construção desse contexto, desenvolvendo a si mesmo como pessoa de relações sociais.

Compreende-se, então, que "[...] a Pedagogia Social tem se ocupado da reflexão de temas concernentes aos processos de socialização humana ocorridos em âmbitos sociais por intermédio de ferramentas de educação não-formal[...] (SEVERO, 2017, p. 2127); assim, os espaços que se inserem a Educação Social, na grande maioria, buscam ações modificadoras societárias, atendendo na grande maioria, pessoas em situação econômica fragilizada.

Quanto a definição terminológica da Pedagogia Social, Pérez Serrano et al. (2014) apresenta em seu trabalho explicações no que tange o significado e sentido epistemológico do campo científico em questão, contribuindo para que o vocabulário em torno do campo educativo-social seja compreendido. Assim:

Pedagogia se refere tanto ao conhecimento quanto à ação, e também a técnica ou tecnologia da Educação Social. Social, refere-se ao "sujeito em relação", em grupos e comunidades, em situações normais ou conflituosas, de necessidade ou de desamparo. Está configurado em uma dupla dimensão. Por uma parte trata da dimensão integradora do epistemológico, tecnológico e normalizado e, por outro, as

situações de desajustamento, exclusão e conflito social que dá origem a uma Pedagogia Social especializada.(PÉREZ SERRANO et al. 2014, p.23).¹

A interrelação dos termos destacados dão sentido ao que se destina a Pedagogia Social; esta não se restringe a uma determina fase da vida humana, mas lida com diferentes pessoas e ciclos de vida, tendo como orientação as especificidades que estão estabelecidas pelas instituições públicas, como acontece na Assistência Social e na Socieducção.

Em outras instituições, como por exemplo as Organizações Não Gorvenamentais (ONG), a Pedagogia Social se insere nesses espaços sem orientações mais específica, o que implica, muitas vezes, na falta de reconhecimento da identidade do profissional e das práticas que opera. Nessas situações, como destacaremos mais precisamente no terceiro capítulo, os(as) pedagogos(as) e educadores(as) sociais, trazem elementos teóricos e práticos da sua formação ou buscam, independentemente, conhecimentos para subsidiar as atividades educativo-sociais.

Pérez Serrano (2014) aponta a contribuição das definições destacadas por alguns teóricos acerca do objeto da Pedagogia Social, a Educação Social, e esta acontece a partir das relações sociais. Dessa forma, Perez Serrano (2014, p.24) vai apresentar as segintes definições identificados quanto os conceitos exposto pelos autores citados, "Para alguns autores o objeto de estudo do PS é: Natorp (o homem da comunidade); Luzuriaga (la relação entre educação e sociedade); Volpi (sociedade educador); Arroyo (educação ao serviço do comunidade); Quintana; Ortega (educação social padronizado e especializado).".

No Brasil, diferente de outros países, principalmente os europeus que têm os saberes identitários da Pedagogia Social melhor estruturados e com um campo de atuação também definido, as instituições formativas não oportunizam aos estudantes o contato com os conteúdos vinculados aos espaços não escolares e também sobre a Pedagogia Social e Educação Social, mas suas ações acontecem nos espaços sociais sem que sejam identificados e estruturados.

Quanto ao surgimento da P.S. no Brasil,

[...] no Brasil, começa a deflagrar-se, em diferentes focos institucionais e sob a articulação de movimentos populares sociais e grupos acadêmicos, eventos e publicações que tematizam isso que parece soar como uma nova Pedagogia, quando,

¹ Pedagogía hace referencia tanto al conocimiento como a la acción, y también a la técnica o tecnología de la Educación Social. Social, hace referencia al "sujeto en relación", en grupos y comunidades, en situaciones normales o conflictivas, de necesidad o de desvalimiento. Se va configurando en una doble dimensión. Por una parte aborda la dimensión integradora de lo epistemológico, lo tecnológico y lo normalizado y, por otra, las situaciones de inadaptación, exclusión y conflicto social que da lugar a una Pedagogía Social especializada. (PÉREZ SERRANO et al.2014, p.23).

na verdade, esse termo remete a uma longa tradição teórico-metodológica de mais de dois séculos e cujo desenvolvimento histórico atravessa diferentes estágios, manifestando uma expressiva densidade e riqueza conceitual que, sem dissociar-se da própria Pedagogia, dinamiza, redimensiona e amplia o raio de reflexão e proposição pedagógica em torno dos processos de socialização humana em diferentes contextos socioeducativos. (SEVERO, 2017, p. 2123).

Segundo os autores supracitados, a Pedagogia Social se encontra, principalmente, em espaços não escolares. Nessa pesquisa apresentaremos alguns desses espaços, mostrando que as práticas constitutivas da Educação Social também são diversas e precisam de reordenamento para que os próprios educadores saibam reconhecê-las e promova-las, pois o Educador social pensa na formação dos direitos humanos e sociais, com propostas pedagógicas emancipatórias e societárias.

Dessa forma, algumas das metas a serem alcançadas pela Educação Social, se conduzem para:

Analisar aspectos que compõem situações em diferentes contextos socioeducacionais, a fim de intervir e melhorar a realidade.
Antecipar situações preventivas de risco, vulnerabilidade e exclusão social.
Diagnosticar e planejar, através de programas, ações e projetos para favorecer os processos de socialização.
Realizar o monitoramento e avaliação dos programas, ações e projetos concebidos e implementados para cada contexto social.
Promover ressocialização e reinserção, terapia e cura, bem como a proteção e vigilância de comportamentos desviantes. (PÉREZ SERRANO, 2014, p. 25).²

Observa-se então, que diferente das demais ciências humanas, as especificidades que envolvem o campo da Pedagogia Social, são conduzidas por particularidades que envolvem, também, o trabalho e identidade dos educadores sociais, por se situarem em espaços não escolares e por articularem outras perspectivas educativas no seu exercício laboral.

Desta forma, percebemos que a Pedagogia, como ciência da educação, tem um forte compromisso com a humanização do indivíduo, não apenas em relação ao desenvolvimento intelectual, mas, social, crítico e político. Tal ciência, não pode ser reduzida apenas ao espaço escolar, pois como, salienta Severo (2012), é necessário que a Pedagogia retome a sua posição

² Analizar los aspectos que conforman diferentes contextos socio-educativos con el fin de intervenir y mejorar la realidad.

Anticipar con carácter preventivo, las de riesgo, vulnerabilidad y exclusión social.

Diagnosticar y planificar, a través de programas, y proyectos para favorecer los procesos de socialización.

Realizar el seguimiento y evaluación de los programas, y proyectos diseñados e implementados para cada contexto social.

Favorecer la resocialización y reinserción, terapia y curación, así como la protección y vigilancia de las conductas desviadas. (PÉREZ SERRANO, 2014, p. 25)

crítica para assumir o seu papel de examinadora das teorias educacionais gestadas em diversos contextos científicos e temporais. O caminho para essa retomada é a compreensão de que a Pedagogia fundamenta os processos educativos, que por sua vez, acontece em diversos lugares.

Isto posto, nos próximos tópicos, abordaremos com precisão os espaços não escolares referentes aos da Assistência Social e Socioeducação, tendo em vista os espaços visitados no decorrer da pesquisa, demonstrando através das ideias construídas, o sentido educativo que se inserem nesses espaços e quais princípios metodológicos necessários para a prática educativo-social.

2. OUTROS CENÁRIOS EDUCATIVOS: ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS(OS) NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA SOCIOEDUCAÇÃO

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas (LIBÂNEO, 2001).

Tendo apresentado os conceitos e processo histórico que permeiam a Pedagogia Social para chegarmos, então, nas questões que serão apresentadas neste capítulo, convém assinalar que a Pedagogia Social caminha para possibilitar a construção de práticas pedagógicas desenvolvidas para novos contextos sociais. Assim, observa-se que a contemporaneidade nos faz refletir sobre os modos de existir e de se relacionar. Os indivíduos vivem novas possibilidades de saberes e fazeres que permitem que outros cenários educativos sejam explorados (Severo, 2015a).

Dentre tantas mudanças que sociedade vivencia, compreender esses novos espaços educativos e os modos de trabalho pedagógico é caminhar junto às transformações sociais, econômicas, políticas e formativas. Nesse percurso de mudanças, a atuação de pedagogos(as) e (as) educadores(as) sociais está cada dia mais diversa, tendo como atribuição a finalidade de proporcionar impactos positivos através das práticas educativo-sociais desenvolvidas para/com diversos usuários e as políticas sociais.

Com esse movimento de renovação e ampliação das práticas pedagógicas, destacam-se as práticas educativo-sociais, sejam através de instrumentos resultantes em mudanças sociais ou para a garantia de direitos fundamentais assegurados pelas políticas públicas sociais.

Através dos documentos legais e elementos teóricos, auxiliares para as práticas desenvolvidas nos espaços não escolares, especificamente os que se referem aos serviços, programas e projetos que contemplam a política da Assistência Social e Socioeducação, observou-se que estes estão estruturados para pré-definições metodológicas a serem executadas para/com os(as) usuários(as). Então, ressaltaremos nos tópicos a seguir, a importância da contribuição e compreensão dos documentos legais para as práticas pedagógicas e as ações exercidas por estes profissionais.

2.1. Orientações dos documentos legais para a efetivação das práticas pedagógicas nos espaços da Assistência Social e Socioeducação

Os espaços, serviços e programas da Assistência Social, são definidos a partir da sua perspectiva de atendimento em rede socioassistencial da seguinte forma:

[...] é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.(BRASIL, 2004,p. 94).

A rede socioassistencial, através das equipes de referência dentro dos espaços da Assistência Social, possibilitam a minimização dos problemas sociais, oportunizando, através dos programas, projetos e serviços, a condução para mudanças significativas na vida dos usuários, como define no art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), a qual tem como intenção orientar os técnicos quanto ao serviço, tendo em vista a melhoria na vida da população com ações que se concentrem no atendimento das necessidades básicas dos usuários, como está discriminado no próprio documento citado. Ainda sobre as orientações descritas na lei,

A LOAS estabelece os princípios e diretrizes que orientam e norteiam a Política Nacional de Assistência Social, demarcando a Assistência Social como política pública sob a responsabilidade do Estado, fundamentada nos princípios da descentralização e da participação da sociedade, para o exercício da proteção social, visando à garantia de direitos e as necessidades básicas dos indivíduos e famílias. (BRASIL, 1993, p. 29)

Assim, além da LOAS, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), assegura os pressupostos norteadores para a compreensão dos princípios, objetivos e efetivação para o trabalho desenvolvido pelos técnicos nos espaços da assistência (BRASIL, 2004, p. 94).

Um dos documentos que orientam os(as) profissionais quanto aos conhecimentos prévios para o exercício no campo socioassistencial é a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), a qual descreve que os(as) educadores(as) sociais devem ter conhecimento quanto à legislação e suas especificidades, principalmente para a identificação das suas atribuições, dos usuários, território em que são desenvolvidas e o caminho para práxis transformadora através do fortalecimento das relações humanas.

Outros documentos expõem quais os profissionais que podem se inserir como técnicos nos espaços da Assistência, dentro quais encontra-se o(a) pedagogo(a), como descreve o artigo abaixo:

Art. 2º Em atendimento às requisições específicas dos serviços socioassistenciais, as categorias profissionais de nível superior reconhecidas por esta Resolução poderão integrar as equipes de referência, observando as exigências do art. 1º desta Resolução. §3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; **Pedagogo (grifo nosso)**; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta. (BRASIL, 2011, p. 139).

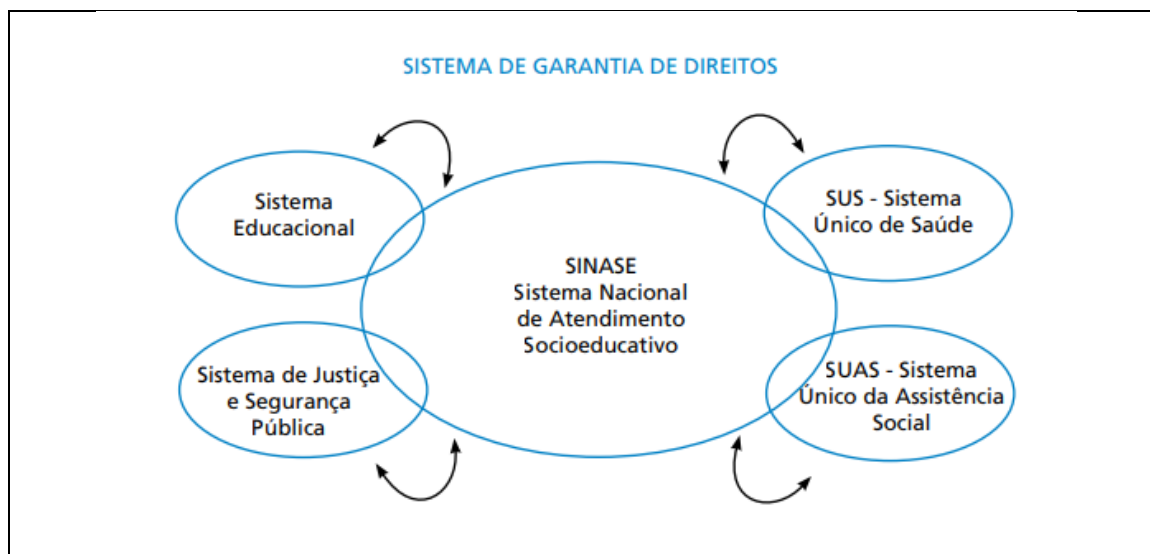
Para compreender os espaços não escolares e abrangência do trabalho educativo-social executado no contexto da Assistência Social e Socioeducação, precisamos compreender inicialmente, quais são estes espaços. Desta forma, a política de proteção social tem em seus níveis de organização estrutural, a básica e especial, sendo esta de média ou alta complexidade.

Esta rede de proteção social, se organiza através dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Serviço Especializado de Abordagem Social (RUARTES), Centro Especializado para População em Situação de Rua, (Centro POP), além das Casas de Acolhimento que também contemplam essa dimensão dos espaços que são ofertados pelos serviços da Assistência Social.

No que concerne aos espaços da Socioeducação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelecido pela lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, apresenta-se como um documento que vai orientar as(os) profissionais para as atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e na 1ª Vara da Infância e Juventude, especialmente, para preconizar os conceitos técnicos e metodológicos que devem ser evidenciados no trabalho educativo desenvolvidos por Orientadores Sociais (CREAS), Pedagogos(as) (Unidades Socioeducativa) e Analistas Judiciários (Justiça) para com os adolescentes em conflito com a lei e pessoas em situação de violação de direitos.

Isto posto, para compreensão dos núcleos que se integram e compõem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo é apresentado no documento um esquema de como se organiza o Sistema de Garantia de Direitos, o qual se organiza da seguinte forma:

Figura 1 – Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: BRASIL, 2006.

Seja em meio fechado, dentro das unidades socioeducativas ou em meio aberto, através do acompanhamento da rede de serviços socioassistenciais, são previstas medidas visando princípios que garantem aos(às) adolescentes e jovens o cumprimento da lei na perspectiva de assegurá-los os direitos fundamentais e a garantia das necessidades psicossocioeducacionais, dessa forma:

9. Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º, do ECA.

Ao adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa, para além de uma mera responsabilização, deve ser fundamentada não só no ato a ele atribuído, mas também no respeito à equidade (no sentido de dar o tratamento adequado e individualizado a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), bem como considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente.²¹ O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa (BRASIL SINASE, 2012, p. 28).

Destacamos, ainda, que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), também orienta as(os) pedagogas(os) que atuam na justiça em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990), documentos que trazem elementos para a reflexão das medidas a serem aplicadas aos(às) adolescentes em conflito com a lei e por meio da equipe técnica, constituída por Psicólogos(as), Assistentes Sociais e Pedagogos(as), subsidiam a análise e construção do relatórios de caso circunstanciado para aplicação da medida pelo Juiz.

A equipe técnica dentro desse campo da Socioeducação ainda atua em conjunto com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se interseccionando através da execução do

serviço no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), onde são aplicadas as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA), por meio da realização do acompanhamento/monitoramento do cumprimento das mesmas por meio das atividades pedagógicas e planejamento de ações estratégicas para/com as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em conflito com a lei ou em situação de violação de direito.

As impressões e análises mais precisas sobre o campo da pesquisa serão apresentadas no terceiro capítulo, tendo em vista a sistematização do trabalho desenvolvido por pedagogas(os) nos espaços pesquisados, mas destacamos que os critérios de distribuição e localização dos espaços encontram-se em regiões que contenham um quantitativo expressivo de pessoas em vulnerabilidade social, sabendo que este público é o alvo dos serviços, programas e projetos, especificamente, da Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 95).

Na pesquisa desenvolvida, estivemos em alguns desses espaços, sobretudo os que foram autorizados pela Secretária de Desenvolvimento Social de João Pessoa (SEDES) e Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC).

Na distribuição das atividades vinculadas ao campo da Assistência Social e Socioeducação, no município de João Pessoa, encontramos diversos serviços que contemplam atividades dentro da dimensão educativo-social. Assim, compreender a documentação vigente da política da assistência e socioeducação é de suma importância para as(os) profissionais que estão inseridos nestes espaços e desenvolvem as práticas em conformidade com os documentos e utilizam saberes e metodologias específicos da sua formação.

2.2 Saberes e habilidades profissionais dos(as) educadores(as) nos espaços educativo-sociais

O processo histórico que permeia o trabalho educativo-social no campo não escolar, não é algo novo, como descreve Moura *et. al* (2014):

Embora a expressão “educação não escolar” seja relativamente nova, o mesmo não ocorre em relação às práticas que vêm sendo desenvolvidas no campo social. Desde as décadas de 1960 e 1970, inúmeras ações já eram desenvolvidas em nosso país no sentido de oferecer formação aos sujeitos considerados em situação de vulnerabilidade social. Ainda que na sua maioria tais práticas usualmente fossem ações marcadas pelo viés assistencialista, em geral, tinham o mérito de buscar promover ações de resgate da cidadania àqueles que, por diversas razões, não dispunham de acesso a direitos fundamentais. (Moura *et. al*, 2014, p. 88).

Apesar de pouca visibilidade dada a Educação Não Escolar (ENE) e com construção

teórica ainda incipiente, Severo (2015b, p. 563) salienta que ela está incorporada a concepções norteadoras para o desenvolvimento humano e com ações educativas diversas, através de processos educativos e âmbitos distintos. Como ele descreve:

"[...] Do ponto de vista teórico, a ENE se relaciona com conceitos correntes no campo da pedagogia que expressam um significado ampliado para a formação humana com base em processos de ensino e aprendizagem diversificados, complexos, dinâmicos e interconectados em espaços e tempos distintos da instituição escolar, a exemplar do conceito de educação permanente, educação ao longo da vida, educação integral, educação social etc [...]".(SEVEROb, 2015, p. 563)

As práticas educativas constituídas em espaços não escolares estão previstas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), fornecendo alguns subsídios para compreensão das mudanças ocorridas dentro do campo de práticas pedagógicas, pois houve uma ampliação das atribuições destinadas aos(as) pedagogos(as), inserindo nesse momento novas discussões sobre a diversidade educativa e incluindo o termo Não Escolar no documento nesta perspectiva de ampliar o campo de inserção das práticas pedagógicas. Assim, o documento descreve orientações quanto elementos conceituais e práticos que devem estar presentes na estruturação do curso:

Art. 6º A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

- a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares **e não-escolares;(grifo nosso)**
- c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares **e não-escolares;(grifo nosso)** (BRASIL, 2006, p. 3).

Percebe-se que dentro dessa dimensão do Não Escolar existe um vasto campo de possibilidades para as práticas educativas, e também, que se voltam para contextos sociais, humanos e identitários, como o que ocorre nos espaços, serviços e programas da/na Assistência Social, Socioeducação, Justiça, ONGs, confirmando assim, a necessidade em voltarmos os nossos olhares para espaços não escolares, pois existem lacunas que emergem

das especificidades dos saberes/fazeres que constituem estes espaços e ampliação das funções profissionais exercidas por pedagogos(as).

A compreensão da Educação Não Escolar transcorre para singularidade que a própria Educação demonstra ter, quando surge a partir da diversidade do seu campo prático, a necessidade de exploração e o surgimento de outros conceitos educativos em virtude da demanda que compõe o trabalho educativo e as pessoas desses espaços não escolares, principalmente, para os que estão destacados neste trabalho.

Por isso, os subsídios teóricos e metodológicos que estão presentes ou deveriam estar para o desenvolvimento/fortalecimento das práticas educativas em espaços não escolares precisam ser estruturados, porém existe um desconhecimento quanto aos princípios e metodologias que poderiam estar presentes nas práticas educativo-sociais, verificando a ausência dos conteúdos na formação acadêmica das(os) pedagogas(os) para os espaços não escolares, ocasionando em um despreparo e no imprevisto das práticas para/com os beneficiários dos serviços, programas e projetos. Esse aspecto será retomado posteriormente na análise de dados.

Um caminho, que se mostrou como possível para orientação das(os) pedagogas(os) que trabalham, especificamente, na Assistência Social e Socioeducação, são os documentos legais, alguns já citados anteriormente, além deles, existem uma vasta série de Cadernos disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com o intuito de fornecer informações quanto a orientações técnicas correspondente aos serviços, programas e projetos da Assistência Social.

Além da utilidade em obter informações, os Cadernos do MDS, também divulgam informações sobre pesquisas realizadas. O objetivo principal desses documentos é atualizar os(as) trabalhadores(as) da Assistência Social e demais campos que utilizam ou investigam sobre as políticas públicas sociais.

Outro caminho possível, está consolidado pelas orientações teóricas construídas na Pedagogia Social, tendo como perspectiva justamente os elementos que são recorrentes nos campos pesquisados. Compreende-se que, através dela, a prática educativo-social pode evidenciar e operacionalizar melhor as necessidades educativas identificadas nos grupos atendidos pelas atividades da Assistência Social e Socioeducação. Nesse sentido,

Nesse cenário, a Pedagogia Social incita uma gama de reflexões que problematizam o sentido da formação e da prática pedagógica, expandindo as dimensões da educação para além do aspecto técnico, instrucional e escolar. O olhar da Pedagogia Social produz saberes e fundamenta competências que ampliam as possibilidades de crítica e proposição nos contextos da educação, reconhecendo a sua dimensão social

em múltiplas conexões e enfatizando o potencial socializador da educação como razão para o enfrentamento de problemáticas sociais a partir da contribuição que os processos educativos podem oferecer (MACHADO et al 2014, p. 16).

Um dos espaços que promovem essa perspectiva ou poderia promover são os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Neles, as(os) pedagogas(as) são identificadas como Técnicas de Referência e têm como orientação que

O CRAS é um espaço de planejamento, uma vez que precisa organizar suas ações e atividades considerando o movimento dos territórios e a partir destes, definir a prática educativa mais coerente em relação à compreensão sobre as pessoas, sobre o mundo que cercam e a responsabilidade de cada uma na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A prática pedagógica toma forma dentro do CRAS, gradativamente, permeando o cotidiano das equipes que desenvolvem as ações e adesão dos (as) usuários (as) que utilizam os serviços ofertados. Nessa direção, é importante considerar pontos imprescindíveis para a consolidação das práticas pedagógicas nas ações de Assistência Social. • Pactuar coletivamente os objetivos, procedimentos, responsabilidades, resultados, etc; • Planejar ações centradas nos (as) usuários (as) considerando realidades distintas e comuns; • Favorecer a formação ampliando a capacitação dos profissionais a partir da socialização de experiências, dúvidas, medos e ideais (BRASIL, 2006, p.18).

Percebe-se que o exercício da prática pedagógica dentro dos CRAS demonstra-se como uma possibilidade que permite a intervenção e realização das atividades pertinentes a responsabilidades associadas às competências de Técnicos de Referência Pedagoga(os), as(os) quais devem se comprometer com a prática pedagógica contextualizada, cidadã e emancipatória.

O pensamento de emancipação das pessoas, geralmente, bebe da fonte das ideias deixadas por Paulo Freire, pois o autor foi o grande precursor da Educação Popular, a qual se vincula às experiências educativas de movimentos sociais e grupos populares em prol da conquistas de direitos e emancipação social, já a Educação Social, ocorre por meio das práticas educativo-sociais com diversos sujeitos, classes sociais, estando ou não com seus direitos violados, sendo mais recorrentemente, nos espaços institucionais e não escolares (SANTOS; PAULA, 2014).

Um dos serviços fortalecidos dentro dos CRAS em consonância com a rede de serviços socioassistenciais é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Através desse serviço, as(os) técnicas(os) de referência, junto a educadores(as) e orientadores(as) sociais, articulam e executam os procedimentos que permitem, através de um repertório teórico-metodológico de natureza educativa, a socialização e o sentimento de pertinência do indivíduo ao seu grupo, contemplando as necessidades pré-identificadas na escuta ativa realizada com os usuários ou coletivos. Quanto ao Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos, as autoras Santos e Lemes (2016) descrevem:

Este integra o conjunto de programas, projetos e serviços da proteção social básica da política pública de assistência social. A referência temporal estabelecida para as reflexões aqui empreendidas datam de 2004, ano de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desde então o SCFV vem reconfigurando sua existência”.(p. 51).

Os saberes e habilidades contemplados da Pedagogia Social e a sua aproximação com os documentos técnicos, correspondem como orientações para os trabalhadores sociais no exercício e construção das práticas educativo-sociais, com um repertório teórico-metodológico objetivado na identificação das especificidades do próprio trabalho e contextos envolvidos.

Quanto ao perfil atribuído aos(as) trabalhadores(as) sociais³, alguns autores destacam que estes são ambíguos, pois articulam o saber do educador social com o do mediador social, cuja finalidade do trabalho se converte para os processos para a autonomia de indivíduos e grupos, a grande maioria em situação de violação de direito,, e por isso, pode interceder e mudar a sua situação social, cultural e econômica (Carvalho e Baptista, 2004).

A identidade de Educador(as) Social esteve relacionada a outras instituições além das públicas. Essa função também é desempenhado no contexto de Organizações Não Governamentais e, segundo Machado (2014), esse trabalhador foi inicialmente reconhecido através das atividades desenvolvidas em espaços não formais. As funções desempenhadas nesses espaços são realizadas para a comunidade, principalmente para as pessoas que se encontram em situação de risco, em virtude das lacunas deixadas pelo Estado e instituições escolares.

Desse modo, entendemos ser importante problematizar como o estreitamento da relação entre o Estado e entidades do chamado terceiro setor e/ou organizações não governamentais (ONGs) contribuiu para a emergência de um novo profissional educador que, apesar de possuir formação para desenvolver sua prática pedagógica no interior do sistema escolar, cada vez mais, vem se deslocando para os espaços educativos não escolares (MOURA *et. al*, 2014, p. 89)

Conclui-se que ao traçarmos um conceito quanto ao perfil do Educador Social, ele se apresenta como:

³ No cenário português, trabalhador social equivale a Assistente Social.

O Educador Social é, então, um profissional que atua no campo da Educação, e sua intervenção é considerada uma ação pedagógica informal, tendo em vista que ocorre fora da sala de aula, em espaços abertos ou em instituições não escolares. Sua ação atinge um grupo de pessoas e comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica. (MACHADO, 2014, p. 153).

A Pedagogia Social como protagonista de ações pedagógicas dentro dos espaços da Assistência Social e Socioeducação permite a construção de uma base teórico-metodológica referente ao campo de práticas não escolares, especialmente, revelando-se, ainda, como um aporte na formação acadêmica de pedagogos(as) e educadores(as) sociais, tendo como perspectiva o preenchimento de lacunas que se abrem na execução das práticas educativo-sociais nos espaços, serviços e programas no campo não escolar, como iremos destacar na pesquisa empírica, através das respostas concedidas por pedagogas(o) entrevistadas(o) nos espaços da Assistência, Socioeducação, Justiça e ONGs.

3. PESQUISA EMPÍRICA: EXPLORANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVO-SOCIAIS E PERFS DAS(OS) PEDAGOGAS(OS) NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Este trabalho de conclusão de curso, como já foi sinalizado anteriormente, insere-se no projeto de Pesquisa do PIVIC – 2017/18 “A educação não formal como campo de atuação de pedagogos: entre desafios das práticas profissionais e possibilidades curriculares”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES). Ele foi viabilizado por leituras programáticas e diálogos sobre a temática, refletindo sobre marcos teórico-metodológicos e a diversidade das práticas pedagógicas, além de permitir a aproximação com o campo analisado, desenvolvendo uma compreensão mais crítica sobre os aspectos levantados para a construção do referido trabalho.

Para seguirmos com o cronograma estabelecido na pesquisa proposta no projeto de iniciação científica, inicialmente, realizou-se a aproximação dos conceitos que estão presentes no campo a ser pesquisado e para executar as ações programáticas que operacionalizam os objetivos do plano inicial, se construiu um plano de leituras semanais. O estudo era realizado em grupo com o esclarecimento de dúvidas e debates sobre os conceitos observados. Nesses encontros, foram explorados conceitos sobre: Pedagogia; Pedagogia como ciência; Educação Não Escolar; Educação Não Formal e Formal; Trabalho e Campo Social; Intervenção socioeducativa e Pedagogia Social.

Essas referências se configuram como fontes para as especificidades destacadas no saber-fazer profissional, principalmente, para acrescentar e fortalecer a identidade da Pedagogia como conhecimento e profissão.

As leituras prévias sobre o campo pesquisado, resultou nas produções de três trabalhos acadêmicos intitulados como “Abordagens epistemológicas da pedagogia como ciência da educação: possibilidades conceituais” (QUEIROGA; VAZ; SEVERO; 2017) apresentado no III Colóquio Regional de Ensino, Pesquisa e Extensão na Área de Aprofundamento da Educação (III CREPEAFE, 2018); “Uma Pedagogia para o social: desafios da educação social e perspectivas atuais na formação de pedagogos” (QUEIROGA; SANTOS; SEVERO; 2018) este encontra-se em fase de análise para publicação como capítulo de livro e “Práticas pedagógicas em espaços não escolares: desafios didáticos” (QUEIROGA; SANTOS; SEVERO; 2018) aguardando avaliação da banca examinadora do evento XIX Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (2018).

Nos próximos tópicos, descreveremos como foi construído o processo metodológico

e analítico da pesquisa, colaborando assim para a construção dos resultados evidenciando a relevância do campo e práticas investigados.

3.1. Processo Metodológico

Ressalta-se o entrelaçamento das concepções teóricas e metodológicas para o construção deste trabalho, os quais também são peças fundamentais para o processo de organização da pesquisa. Nesse sentido, compreendemos a metodologia como conjunto de processos que “[...] deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 1992, p. 16).

Para compor o processo metodológico da pesquisa, organizamos duas etapas de coleta de dados: a primeira através levantamento dos locais que desenvolviam atividades/serviços sociais, para identificar onde estão os(as) pedagogos(as) que se inserem no âmbito educativo-social; a segunda fase da pesquisa ocorreu por meio da aplicação de questionários e a realização das entrevistas semiestruturadas junto aos(as) profissionais encontrados.

Assim, partindo de concepções das relações entre sujeito e objeto, levando em consideração a articulação de questões epistemológicas e sociais, utilizou-se o método qualitativo pois, este método permite a investigação mais precisa sobre o comportamento humano, como aponta Bodgan e Biklen (1994):

Os investigadores pensam que o comportamento humano é demasiadamente complexo para que tal seja possível, considerando a busca de causas e previsões negativamente, no sentido de que esta dificulta a capacidade de aprender o caráter essencialmente interpretativo da natureza e experiência humanas. O objectivo dos investigadores qualitativos é de melhor compreender o comportamento e experiência humana. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados. Recorrem à observação empírica por considerarem que é em função de instâncias concretas do comportamento humano que se pode reflectir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 70).

Compreender essas questões que circundam o processo de investigação da estruturação metodologicamente, colaboram para que os dados sejam desenhados mais sistematicamente, levando em consideração os elementos que são essenciais para especificidades no exercício profissional. No próximo tópico, apresentaremos o campo explorado descrevendo quais os espaços explorados e as(o) pedagogas(o) encontrados nesses espaços que contribuíram para a pesquisa.

3.1.1. Campo e sujeitos da pesquisa

Após o processo de estudo dos conceitos acerca do campo pesquisado, demos início às ligações para algumas secretarias de governo e instituições públicas e da sociedade civil que se inscrevem no campo socioeducativo, a fim de elencarmos os espaços que continham pedagogas(os) para encaminharmos aos organismos de gestão desses espaços os documentos necessários para solicitação da pesquisa, aplicação do instrumento de coleta de dados e, posteriormente, realizarmos as entrevistas semi-estruturadas com as(os) profissionais localizados.

O campo exploratório que se incorpora nesta pesquisa, ocorreu através dos mapeamento dos espaços, como já descrito anteriormente, realizado na cidade de João Pessoa, com pedagogos(as) de esferas públicas e do terceiro setor. Esses espaços estão distribuídos pela cidade, sendo a maioria localizados em bairros periféricos em virtude dos(as) usuários(as) que correspondem a grande demanda dos serviços públicos da Assistência e Socioeducação.

Infelizmente, nem todos os espaços que ofertam os serviços para a população dispõem de profissionais com formação em Pedagogia, sendo este um dos problemas encontrados durante o percurso de exploração e mapeamento dos espaços, pois identificamos vários espaços que contém educadores(as) sociais com outras formações (ou com ensino médio) e profissionais do Serviço Social e Psicologia atuando como Técnicos de Referência dos SCFV realizando atividades pertinentes aos(as) técnicos(as) de referência com formação em Pedagogia, isto ocorre devido a não obrigatoriedade do profissional específico para direcionar o SCFV. A formação específica para o exercício profissional, pode colaborar para construção das práticas e isto será exposto na categoria de formação.

Durante o mapeamento, contactamos um número significativo de espaços da Assistência Social, em esfera Municipal e Estadual, Socioeducação, Justiça e Organizações Não Governamentais. Dentre eles, destacamos os: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), Serviço Especializado de Abordagem Social (RUARTES) e Coordenação de Média Complexidade (SDH-PB).

Já no que refere-se ao campo de medidas socioeducativas, justiça e Organizações Não Governamentais (ONGs), encontramos pedagogas atuando na 1º e 2º Vara do Juizado da

Infância e Juventude da Paraíba na equipe psicossocial para fornecer subsídios teóricos para o relatório circunstanciado, o qual visa orientar o(a) juiz(a) na aplicação das medidas socioeducativas nos casos de atos infracionais cometidos pelos adolescentes; nas Unidades Socioeducativas, estas vinculadas a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente da Paraíba (FUNDAC-PB) encontramos pedagogas(os) atuando como orientadoras e supervisoras educacionais dos adolescentes e jovens no meio fechado, todas as instituições estão localizadas no município de João Pessoa - Paraíba.

Quadro 1- Espaços mapeados

ORGÃO/INST/ONG	SETOR	PROFISSIONAIS
1º Vara da Infância e Juventude	Adoção e acolhimento	Analista Judiciário - Pedagoga
2º Vara da Infância e Juventude	Atos infracionais	Analista Judiciário - Pedagoga
Secretária de Desenvolvimento Humano -Pb	Coordenação Média Complexidade	Técnica de Referência(Pedagoga):responsável pela gestão dos CREAS regionais; serviços relacionados a operacionalização dos CREAS (capacitação, fiscalização e gestão); processo seletivo para inserção laboral nos CREAS regionais.
Gerência de Proteção Especial	-	Não tem pedagogo(a)
FUNDAC – PB	Diretoria Técnica de Capacitação	Coordenadora Pedagógica(Pedagoga): suporte pedagógico as pedagogas das unidades socioeducativas e professoras(es) das escolas.
	Centro Educativo Edson Mota – CSE	Pedagoga e Diretor Pedagogo
	Internação Provisória -	Pedagoga

	Centro Educacional do Adolescente - CEA	Acompanhamento pedagógico
	Centro Educacional do Jovem - CEJ	Pedagoga Acompanhamento pedagógico
	Centro Socioeducativo Rita Gadelha - Feminina	Pedagoga Acompanhamento pedagógico
	Semiliberdade	Pedagoga
Secretaria de Desenvolvimento Social – PMJP	Centro de Referência da Assistência Social - Alto do Mateus	Técnico de referência (pedagogo) e educador(a) social
	Centro de Referência da Assistência Social - Cristo	Não têm técnico(a) de referência com formação em pedagogia
	Centro de Referência da Assistência Social - Cruz das Armas	Técnica de referência (pedagoga) e educadores sociais
	Centro de Referência da Assistência Social - Gramame	Tem técnico de referencia(pedagoga) e educadores sociais
	Centro de Referência da Assistência Social - Grotão	Sem telefone
	Centro de Referência da Assistência Social - Ilha do Bispo	Não têm técnico de referência com formação em pedagogia
	Centro de Referência da Assistência Social - Mangabeira	Técnica de referência (pedagoga) e educadores sociais
	Centro de Referência da Assistência Social - Mandacaru	Técnica de referência (pedagoga) e educadores sociais
	Centro de Referência da Assistência Social - Padre Zé	Não têm técnico de referência com formação em pedagogia
	Centro de Referência da	Técnica de referência (pedagoga)

	Assistência Social - São José	e educadores sociais
	Centro de Referência da Assistência Social - Valentina	Técnica de referência (pedagoga) e educadores sociais
	RUARTES – Serviço Especializado de Abordagem Social	Coordenadora (pedagoga) e Educadora social
	Centro de Referência Especializado para População de Rua - CENTRO POP	Coordenador (pedagogo) e educadores sociais
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Mangabeira	Duas pedagogas atuam como orientadora social.
	Centro de Referência da Cidadania – CRC	Os(as) profissionais que atuam na realização das atividades junto aos coletivos(crianças, adolescentes e idosos) são Técnicas(os) de Referência (Pedagogas(os)) e Educadores(as) Sociais dos CRAS.
ONG Casinha – Mangabeira		Parceria com o CRAS de Mangabeira (Pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais)
ONG Cicovi - Valentina		Parceria com o CRAS de Valentina (Pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais)
ONG Evot - Gramame		Parceria com o CRAS de Gramame (Pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais)
ONG na Beira Da Linha –		Parceria com o CRAS do Alto do

Alto Do Mateus		Mateus (Pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais)
ONG Casa Pequeno Davi		Tem pedagogas(os) e Educadoras(es) Sociais

Fonte: dados do projeto (2017/18)

A partir destas fases, foram identificados as(os) pedagogas(os) da pesquisa e as práticas educativo-sociais, cujas as ações estruturam-se pelos documentos legais e se mostram com um viés mais técnico. Não houve contato com os(as) usuários(as) dos serviços, programas e projetos dos espaços investigados e não presenciamos as práticas educativo-sociais realizadas, pois nos detemos nas(os) pedagogas(os) e em seus relatos pessoais através da entrevista semi-estruturada.

O campo de exploração da pesquisa é elemento fundamental deste trabalho, de modo que a aproximação possibilita o reconhecimento das especificidades pouco visibilizadas nas instituições formadoras de pedagogos(as), porém com relevância para ser explorado em virtude das questões atuais que a sociedade enfrenta, sobretudo, os que vivem com seus direitos violados.

3.1.2. Instrumento e procedimentos para coleta de dados

Este processo foi realizado através da aplicação de questionários, sendo 22 questionários respondidos na primeira fase, e posteriormente, 9 pedagogas(o) desse total de 22 foram solicitadas (os) para colaborarem com as entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de coleta de dados foram respondidos por profissionais que atuam nos espaços da Assistência Social, Socioeducação, Justiça e uma Organização Não Governamental.

Destacamos que estes dois instrumentos foram construídos embasados pela a Teoria Fundamentada, a qual fornece concepções estruturais para o processo de produção de dados, pois a Teoria Fundamentada permite a organização dos elementos observados a partir do contato com o campo empírico, por isto não se espera a apropriação de elementos do campo para desenvolver os instrumentos, este vai ser construindo na medida em que se insere no campo (STRAUS; CORBIN, 2002).

Partindo da aproximação com o campo empírico, fazendo os apontamentos dos elementos destacados a partir do contato com o campo e da contribuição obtida após a aplicação do questionário, o qual se estruturou com perguntas relacionadas a identificação

prévias sobre função, salário, formação, outras experiências profissionais, atribuições atuais e desafios.

A partir das informações obtidas através do questionário, observou-se alguns pontos imprescindíveis para estruturação das questões a serem pontuadas no processo de entrevista semiestruturada. Assim, o instrumento foi organizado em torno de três aspectos: Formação, Identidade Profissional e Trabalho Pedagógico. Com estes aspectos, pretendeu-se explorar, questões relacionadas à: identificações iniciais sobre idade, função, tempo de atuação; trajetória de formação; impressões quanto a atuação em espaço não escolar e reconhecimento dos outros por sua função; atuação profissional, saberes e habilidades, princípios e metodologias utilizadas. As questões que subsidiaram o questionário traçaram um perfil dos profissionais e delimitação das atividades educativo-sociais desenvolvidas.

Dentre as(os) pedagogas(os) participantes dessa fase, esses 3 são homens e 19 são mulheres, distribuídos pelos espaços citados e todas(os) com formação em Pedagogia, contudo se identificaram de forma heterogênea com atribuições específicas. O questionário foi aplicado posteriormente à aprovação dos organismos de gestão dos espaços/instituições e se constituiu por questões estruturadas sobre perfil, formação e atuação profissional (Apêndice xx).

Por fim, destacamos que para realização do processo de exploração do campo e contato com os sujeitos da pesquisa, foi constituído por questões éticas que envolvem as relações humanas e por isso, esta pesquisa foi autorizada pelo Parecer Consubstanciado do CEP, nº2.189.526, seguindo o que preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

3.1.3. Método de análise

A partir das informações coletadas através dos questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas, cuja questões foram construídas com base nos objetivos descritos por este trabalho, a elaboração do processo de categorização das respostas se fundamentou no método de Análise de Conteúdo, conforme as orientações de Bardin (2010). A autora explica que esta técnica visa trabalhar com as unidade de textos, formando categorias temáticas que nos ajudam a explorar e explicar melhor o texto resultante da transcrição das entrevistas confrontando o *corpus* do texto com os objetivos da pesquisa e, posteriormente, problematizá-lo com base no debate teórico construído no trabalho. Como ela descreve, essa análise ocorre

por meio de "*três polos cronológicos*: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação." (BARDIN, 2010, p. 121).

Este recurso, permite explorar as repostas e deduzir novos conhecimentos a partir delas, apresentando explicações pertinentes ao objetivo do trabalho. Utiliza-se técnicas que permitem a sistematização dos conteúdos, interferindo sobre as mensagens que sobrepõem-se.

Através da categorização, parte do processo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010), este processo possibilita que ordenamento das ideias centrais sejam retiradas e problematizadas, conforme explica a autora:

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto. (BARDIN, 2010, p. 147).

O método pode ser utilizado em processos qualitativos e quantitativos, através de aportes distintos possibilitando ao pesquisador uma aproximação com as mensagens, resultando no tratamento mais preciso dessas mensagens.

No próximo tópico, apresentaremos os elementos identificados através do tratamento dos dados coletados, mediante as falas concedidas pelas(o) pedagogas(o), cuja finalidade colabora para demarcarmos o que foi objetivado por este trabalho, a compreensão das práticas educativo-sociais desenvolvidas por pedagogas(os) nesse campo não escolar e a contribuição da sua formação acadêmica para o exercício e a identidade profissional.

Assim, apresentaremos a seguir o processo analítico das categorias temáticas configuradas a partir do tratamento do material coletado, afim de explorarmos mais sobre os modos de atuação desses egressos da Pedagogia e a contribuição da sua formação para consolidação das práticas educativo-sociais.

3.2. Processo Analítico das categorias

Para elencarmos as categorias, Bardin (2010, p. 147) explica "[...]é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados [...]". Assim, apresentaremos as categorias identificadas e a construção teórica que refuta as questões em torno do perfil de pedagogas, a prática educativo-social desenvolvida e a contribuição da formação para o exercício profissional no campo não escolar.

Apresentaremos como forma de identificação e preservação da identidade das(o) respondentes, a utilização do termo "pedagoga", correspondendo de 1 a 9 para cada sujeito entrevistado e que colaborou com a pesquisa.

3.2.1. Categoria de formação profissional

O curso de Pedagogia tem em sua história debates intensos que privilegiam as instituições escolares, evidenciados constantemente pelos aportes teóricos, currículo e as práticas profissionais. Para Libâneo (2001), além da preocupação em abordar as problemáticas verificadas na educação de crianças ou do contexto escolar, a Pedagogia tem outras preocupações e sua diversidade educativa tem um sentido muito mais amplo, o que faz questionar até a própria práxis educativa. Com as investigações dos diversos processos educativos, o campo educativo se apresentou complexo e amplo, contribuindo para exploração das Pedagogias e sua cientificidade (LIBANÊO, 2001).

Discutindo o caráter específico da Pedagogia, alguns autores(as) se preocuparam com outras dimensões que se inserem nos novos desafios educativos na sociedade contemporânea. O(a) pedagogo(a), no cenário da contemporaneidade, tem ocupado outros espaços que demandam seu exercício profissional, resultando em práticas envolvidas por outras questões diferentes das contempladas na escola. Assim, a visão de Pedagogia como Ciência da Educação e sua diversidade educativa, como já foi dito, é defendida nessa perspectiva por diversos teóricos, como Libâneo (2001), Pinto (2006), Franco (2008). Essa visão possibilita que o campo em que se debruça a formação de pedagogo(as) se amplie, tendo em vista os campos que surgem em meio a novos desafios educativos.

Com essas mudanças no campo investigativo da Pedagogia, o currículo acadêmico, aspecto extremamente vinculado às estruturas formais que regem os processos formativos, principalmente os escolares por ser construído para impor regularidades, determinações e organização, ganha novos sentidos para atender a outras demandas que contemplem as mudanças da sociedade atual com novos processos e cenários educativos.

Sacristán (2013) fala que o currículo deve contemplar aspectos culturais, sociais, políticos, devido a complexidade da educação e de elementos que estão para além do contexto escolar. O autor afirma que "exige-se, portanto, que o currículo seja expresso em um texto que contemple toda a complexidade dos fins da educação e desenvolva uma ação holística, capaz de despertar nos sujeitos processos que sejam propício para o alcance desses objetivos." (SACRISTAN, 2013, p. 24).

Nos trechos a seguir é possível visualizar questões sobre a dimensão da formação para o exercício profissional nos espaços não escolares. Observa-se, inicialmente, que as instituições das quais as pedagogas egressaram correspondem a duas instituições públicas e uma pública com caráter privado aqui em João Pessoa - Pb, sendo estas, respectivamente, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Aberta Vida (UNAVIDA), esta tem parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE). Elas(es) concluíram seus curso entre 1995 e 2014.

Um dos motivos para realizar a formação superior no curso de Pedagogia, foi a experiência já desenvolvida na área por algumas das pedagogas, como destacam

Pedagoga 1 - "[...]Por que, eu era do PETI, era orientadora social e senti a necessidade de fazer pedagogia, então como eu queria uma coisa rápida ingressei, também como não tinha muito tempo ir para fazer universidade normal, porque eu estudava aos sábados."

Pedagoga 2 - "[...] ja exercia a pedagogia de forma leiga no âmbito sem ser escola, e eu gosto porque é um desafio."

Pedagoga 4 - "[...] trabalhei nesse espaço como educadora social. Na época, eu estava em formação ainda do curso de licenciatura em pedagogia na universidade UVA..."

Pedagoga 8 - "Eu fiz pedagogia na verdade porque já trabalhava no CREAS, meu intuito era trabalhar como pedagoga no CREAS."

Pedagoga 9 - "Antes de entrar na acadêmica na UFPB eu passei pelo preparatório, curso pedagógico que era equivalente ao ensino médio hoje, no Instituto Federal da Paraíba. Depois eu passei no vestibular e fiz Pedagogia aqui na Universidade Federal da Paraíba e minha licenciatura é em supervisão escolar."

Solicitou-se as(o) pedagogas(o) que atribuísem uma nota quanto a formação recebida no curso de Pedagogia, obtendo-se uma média 7,5 como resultado, sendo a nota mínima 5,0 e a máxima 9,5. Observa-se que a menor nota atribuída a formação no curso de Pedagogia corresponde a *Pedagoga 1(Técnica de Referência)*, a qual se sente *frustrada* (ver quadro 3) atuando no espaço não escolar, enquanto a maior nota atribuída foi da *Pedagoga 2 (Pedagoga na Unidade Socioeducativa)* com a maior nota se sente *desafiada* (ver quadro 3).

A intencionalidade por trás da formação acadêmica caracteriza-se como contribuição para o exercício profissional ou como forma de ascensão. Assim, as(os) pedagogas(os) verificam a necessidade de uma formação continuada para adquirir mais conhecimento, como relatam:

Pedagoga1 - "Para conseguir mais conteúdos, conseguir mais experiência, mais conhecimento, porque quando você está em sala de aula você precisa ter um bom conteúdo."

Pedagoga 2 - "[...]porque a gente tem que crescer verticalmente, quanto mais a gente adquirir conhecimentos sobre nossa área, mais habilidades nos vamos ter para colocar em prática."

Pedagoga 5 - "Estudar, não parar de estudar e a própria ascensão, porque no estado tem sempre o plano de cargos e carreiras que ajuda, então eu sempre fui seguindo os graus, graduação, especialista, mestre, e o doutorado,

Pedagoga 6 - "Veja bem, conhecimento nunca é demais, sempre é importante estar buscando conhecimento para fortalecer o trabalho que nós fazemos, sobre tudo dentro da área da educação."

A formação de pedagogas(os), na atualidade, tendo em vista a atuação desses em diversos espaços, deveria ser projetada para outros cenários educativos, para que as urgências dos usuários dos serviços, programas, projetos, unidades socioeducativas e ONGs, estando em condição de aprendentes, não fossem excluídas (GOHN, 2009).

Existem desafios visíveis na formação das(os) pedagogas(os) respondentes que foram destacadas, pois para elas(es) o curso apresenta uma lacuna na ausência de conceitos e oportunidades em vivenciar outras experiências, mesmo que o sentindo esteja voltado para os problemas da escola, como a *resolução de conflitos*. Elas ainda destacam que, por se inserirem em um espaço não escolar com atribuições específicas, precisam obter informações e se apropriarem de muito mais conceitos que os profissionais que já estão familiarizados com o campo de trabalho, para se legitimarem, tendo em vista as brechas deixadas pela formação acadêmica, assim elas descrevem

Pedagoga 5 - "[...] o curso de pedagogia é falho até pra você atuar como pedagoga dentro da própria escola. Por que você trabalha ou na perspectiva na escola ideal ou trabalha na perspectiva que vai receber todo tipo de desigualdade, mas a universidade não sabe o que fazer nessa escola e como fazer. É como se você recebesse toda uma teoria, mas a prática deixa muito a desejar. Por exemplo, a gente não aprende a fazer uma escuta, a gente não aprende a detectar as sutilezas de um conflitos dentro da escola, então fica muito no campo teórico, a entende toda essa parte sociológica, mas deixa muito a desejar na prática."

Pedagoga 7 - "Infelizmente o curso de Pedagogia não prever a atuação da gente fora do ambiente escolar, a gente tem muita carência de estudar conteúdo que nos preparem para nossa atuação aqui e formação aqui... quase tudo que eu estudei para estar aqui foi sozinha, buscando material pra ler sozinha, apesar de ter me preparado para estar aqui, porque na graduação mesmo o foco mesmo é a pedagogia escolar."

Infelizmente, existe um entrave que paira o campo do Não Escolar, destacando-o como um campo de improviso, sem métodos ou organização. Apesar do contexto Não Escolar estar inserido na Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), o processo teórico-metodológico se realiza por outras ciências e/ou documentos legais,

como ocorre na Assistência Social e Socioeducação. Por isso, o(a) pedagogo(a) inserido(a) nos espaços não escolares deve evidenciar e explorar o conhecimento teórico que se enquadra.

Outra fonte de debates é a formação dos(as) Educadores(as) Sociais, pois como não se exige-se a formação específica ou de nível superior para atuar como educador(a) social, as instituições recorrem a estes profissionais para atuarem na realização das atividades educativo-sociais muitas vezes pouco estruturadas ou sem identidade institucional clara. Embora, o(a) Pedagogo(a) se insira nesse campo social como um profissional especializado, vários teóricos, dentre eles Muller *et al* (2010), Pereira (2013), Gorette e Rodrigues (2017) defendem que a formação acadêmica é insuficiente para o exercício profissional por não subsidia-los com a Pedagogia Social e com as dimensões conceituais que englobam o campo.

Nota-se uma hibridização quanto aos termos utilizados para designarem o profissional que atua na promoção de ações educativo-sociais, assim como Coffferri e Nagaro (2010, p. 11) explica "O pedagogo e o educador social são profissionais muito parecidos. Suas práticas, também, fundamentam-se em elementos próximos e com objetivos semelhantes, mesmo que cada um tenha sua formação e sua linha de atuação."

Por isso, intensifica-se a possibilidade da aproximação do campo prático com o teórico, de modo que estejam presentes na formação do(a) pedagogo(a) os conceitos necessários para o exercício profissional. Na formação inicial, o profissional poderia ter contato com as atribuições referentes aos espaços não escolares, e na relação da teoria com a experiência, construir sua identidade a partir de um marco mais plural.

Desta forma, vê-se "[...] na Educação Social, nessa perspectiva, funda-se em princípios que veem a totalidade do indivíduo, visto que abrangem as diferentes experiências de vida dos educandos, exigindo, em decorrência, conteúdos, métodos e instrumentos relativos àqueles princípios." (COFFERRI; NAGARO 2010, p. 11)

Essas observações sobre o currículo e a didática sendo estruturados na formação acadêmica para nortear o exercício profissional no campo social têm a ver com possibilidades conceituais para a formação das(os) pedagogas(os) que pretendem atuar nos espaços não escolares, já que, nas análises das respostas das(os) pedagogas(os), estes saberes não estruturam as práticas de modo explícito. As(os) profissionais tendem a não citá-los de modo específico, justamente por não referenciá-los em suas práticas não escolares. Além disso, a análise vai demonstrar que existia intenções sobre a formação acadêmica, principalmente, das(os) pedagogas que já atuavam nos espaços não escolares, *Pedagogas 1, 2 4, 8 e 9*, mas foram frustradas por não obterem o norteamento necessário para o exercício profissional.

A didática apresentada por Machado (2017) e Aran e Miravalles (2003) como um norte para as práticas educativo-sociais serve de mediação para construção das atividades desenvolvidas para/com os usuários, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivado no campo social, sem que ele seja incorporado pelo viés assistencialista que paira, principalmente, sob o campo da Assistência Social. O sentido de incorporar a didática na ação educativo-social é para dar base no que preconiza a Pedagogia Social, a realização da práxis transformadora. Assim, algumas instruções são importantes para trazer sentido e organização a prática educativo-social por meio da didática,

Assim, a didática lida com questões como as seguintes: que relação existe entre as intenções educacionais (o que pretendemos) e o que fazemos ou temos que fazer para tentar alcançar as intenções; quais são estratégias mais apropriadas para ajudar na aprendizagem de atitudes, de habilidades ou conceitos ou para ajudar a desenvolver a autonomia e capacidade de tomar decisões e se tornar o protagonista do próprio processo de aprendizagem e do próprio processo vital por parte dos e dos aprendizes; como quando e o que avaliar para obter informações que, uma vez analisadas e julgadas, vamos tomar decisões sobre o foco do processo educacional; Quais são os elementos que podem nos ajudar a analisar a dinâmica de um grupo ou tomar decisões para melhorá-lo; etc. (ARAN; MIRAVALLS, 2003, p.74).

Quando o currículo e a didática, são explorados na academia para a diversidade educativa, estas disciplinas podem também colaborar com a organização dos instrumentos e das práticas educativo-sociais, embora estes espaços não evidencie a rigorosidade imposta pelos currículos escolares, mas pode ser construído e ser flexibilizado a medida que as especificidades dos indivíduos e coletivos fossem observadas.

É preciso enxergar a pluralidade que emerge das práticas educativas como campo de atuação para pedagogos(os), proporcionando através do currículo durante a formação acadêmica a aproximação com as especificidades de aportes teórico-metodológicos e do trabalho pedagógico para a dimensão do não escolar.

3.2.2 Categoria de identidade profissional

Ao explorarmos as formas de identificação das(o) pedagogas(o) nos deparamos com dados heterogêneos. A assimilação de quem elas(e) são está intrinsecamente vinculado ao que dizem os documentos, principalmente as que atuam no campo da Assistência Social. A identidade é algo que se apresentou como um movimento em construção (DUBAR, 2012), pois não existe uma definição ou conformidade ao assumir a identidade profissional quando indagamos as participantes da pesquisa, pois, ao serem questionadas(os) sobre suas funções,

estas não se identificam como Pedagogo(a) ou Educador(a) Social. Identificam-se com o cargo do trabalho e não como profissional no espaço, com base nas referências técnicas descritas pelas políticas públicas.

Esse aspecto já era esperado, pois a formação acadêmica fornece aos sujeitos uma orientação de identidade profissional mais clara quanto aos espaços escolares, mas, para os espaços não escolares, estes profissionais são orientados pelos documentos sociais e educacionais. As participantes fazem referências às seguintes formas de identificação:

"Pedagoga 1 - Técnica de Referência; Pedagoga 2 - Pedagoga; Pedagoga 3 - Educadora Social; Pedagoga 4 - Coordenadora Pedagógica; Pedagoga 5 - Analista Judiciário da 2 Vara da Infância e Juventude; Pedagogo 6 - Coordenador do serviço; Pedagoga 7 - Analista Judiciário da 1 Vara da Infância e Juventude; Pedagoga 8 - Educadora Social; Pedagoga 9 - Técnica de Referência."

Inclusive, esse aspecto da sobreposição do cargo à profissão se expressa também no que elas(e) entendem sobre, "qual o papel do pedagogo em espaços não escolares?". Dubar (2012) expõe que a identidade é emblemática, construída individualmente e socialmente, influenciada pela colocação do sujeito no mundo profissional e das impressões dele sobre esse mundo, tomando como sentido que a sua identidade será construída a medida em que se obtém as experiências e supera as impressões que lhe desviam.

Assim, a identidade existe como um estado de inserir-se ou apropriar-se das peculiaridades do ambiente em que elas(e) estão inseridos e parece estar associada a uma motivação pessoal dos que elas(e) buscam, já como pedagogas(os) para além dos cargos que ocupam. Quando indagadas sobre atuação como pedagoga(o) em espaços não escolares, respondem que:

*Pedagoga 2 - "O pedagogo é aquele que vê como fazer com o que o outro entenda a importância da educação, porque pessoas educadas, eu falo com conhecimento, tem condições de **transformar a sociedade de forma mais responsável** e comprometida, então esse é o papel do pedagogo [...]"*

*Pedagoga 4 - "O pedagogo hoje, ele tem que ser complexo. E ainda tem que estar muito consciente das outras **necessidades das pessoas** que estão ali para aprender ou para trocar com você, ou para acrescenta [...]"*

*Pedagoga 6 - "Eu acho que cada um de nós somos pedagogo, pois **a partir do momento em que você ensina algo ao outro você já é um pedagogo**. Seja na rua, na comunidade, quando você começa a socializar o seu conhecimento, isso pra mim já é ser um pedagogo."*

*Pedagoga 9 - "Numa simples frase: **mediador da aprendizagem**, pra mim é a definição que mais se encaixa com a profissão."*

Essas falas quanto ao objetivo de ter *uma prática transformadora e mediadora* destinam-se a mudanças sociais na vida dos(as) usuários(as) e através, dessas ações, o profissional vai construindo sua identidade, de modo que "[...] necessário perceber que as representações sociais do pedagogo colocam sobre ele determinados olhares os quais vão interferir na sua forma de se representar e de se articular com a vida, com o presente e com o futuro." (SCHIMITZ, 2013, p. 17). Essa mesma autora ainda reforça que a diversidade incorporada nas práticas pode influenciar a construção da identidade do(a) pedagoga(o),

A respeito da construção da identidade do pedagogo, cremos que é o processo de formação continuada, e não apenas a formação à que a legislação obriga, que vem se constituindo como um *locus* privilegiado, no qual os saberes se entrelaçam e ganham significação. O pedagogo necessita ser um profissional mutante, capaz de vislumbrar diferentes formas de atuação, de acordo com o contexto no qual está inserido. (SCHIMITZ, 2013, p. 19).

É nesse processo de novas concepções para a identidade das(os) pedagogas(os) que a Pedagogia vem se ancorando, perpassando por transições conceituais, de campo e sentidos novos, os quais se ampliam para outras questões que surgem como emergência imposta pela sociedade, desta forma vamos idealizando novas formas do fazer pedagógico.

A identidade, vista como processo em construção a partir da inserção no campo profissional revela alguns tensionamentos, como o da pedagoga que se identifica como tal por realizarem processos que contenham abordagens escolares,

Pedagoga 2 - "principalmente as teorias de aprendizagens o que me ajudou muito a atender a minha clientela. Aqui tem jovens que não são nem alfabetizados ou a família que não é alfabetizada ou de pouca escolaridade. Então tudo é papel do pedagogo para mostrar a importância da educação, do trabalho e acompanhamento de orientação como é importante a pessoa estar estudando e adquirir conhecimento formal.

Diante dessas denominações identitárias, verifica-se a complexidade em estabelecer uma identidade específica, pelas participantes, entre se identificar só como Pedagogo(a) ou Educador Social em virtude das diversas influências que essas profissionais sofrem, sejam relacionadas a questões técnicas, práticas ou experiências pessoais. Ou seja, não há uma incorporação única e permanente, mas uma construção contínua e complexa da identidade. O quadro a seguir, corresponde a uma questão sobre o reconhecimento das pessoas que fazem parte do espaço sobre o trabalho desenvolvido pelas(o) pedagogas(o).

Quadro 2 - Reconhecimento profissional

PEDAGOGA(O)	Expectativas pessoais quanto reconhecimento pelos outros
-------------	--

1	Desvalorizada
2	Desvalorizada
3	Reconhecida
4	Em construção
5	Pessoal e não dos outros
6	Reconhecido
7	Desvalorizada
8	Reconhecida
9	Desvalorizada

Fonte: dados do projeto (2017/18)

A partir dessas informações, observa-se que as *Pedagogas 1, 2, 7 e 9* se sentem *desvalorizadas* por quem faz parte da instituição em que elas atuam, o que se reflete na disposição para o trabalho, implicando em desmotivação profissional e insatisfação pessoal. Tais implicações também afetam a construção da identidade. Assim, quando indagadas sobre os desafios enfrentados, algumas das(o) pedagogas retomaram a dificuldade na falta de reconhecimento:

Pedagoga 1 - "Nossas dificuldades é a falta de reconhecimento, falta de material, falta com relação ao perfil, eu sou técnica de referencia eu não sou orientadora, então a partir da data que você faz o planejamento você quer que ele aconteça, você quer que ele seja mais ou menos seguido."

Pedagoga 2 - " Desafios é a falta de reconhecimento dos outros colegas e você conseguir seu espaço, porque quando você não reconhece aquele profissional, as opiniões deles são levadas em consideração, aí quando ver já estão tomadas as decisões que poderiam ter lhe consultado, pois a sua área poderia ter ajudado muito mais."

Pedagoga 5 - "[...] a gente é questionado pelos próprios colegas, mas o que o pedagogo vai fazer nessas instituições. A gente precisa de ser percebida pela justiça, de receber respaldo e reconhecimento pelos próprios colegas, vejo que existem discriminação por ser pedagoga na justiça."

Pedagoga 7 - "[...]a partir do momento que a gente tenta aproximar pessoas, trabalhar com relações entre as pessoas eu acho que já é um desafio, relações interpessoais são desafiante, é um desafio constante cada caso é diferente do outro não sabemos o que esperar."

Pedagoga 9 - "[...]são baixos salários, a falta do reconhecimento porque não é só o baixo salário, mas você não reconhecer que aquela profissão, que aquela atuação ali é importante para aquele grupo."

Isto posto, reforçamos a importância em legitimar estes profissionais nos espaços não escolares, trazendo para o campo pesquisado, contribuições teóricas da Pedagogia Social e

Educação Social para compreensão dos conceitos, do entrelaçamento com as políticas públicas sociais e socioeducativas, como confirmam Gorette e Rodrigues (2017, p. 209) "a Educação Social, mesmo sendo ampla e abrangendo processos educativos que não se circunscrevem nas formas tradicionais da educação - ensino sistematizado dos conteúdos - ela não acontece de forma aleatória, nem ao acaso".

A Educação Social têm fortes contribuições teórico-metodológicas para serem subsidiadas pelos profissionais na realização das práticas educativo-sociais nos espaços pesquisados e nos diversos espaços educativos que necessitem desta abordagem teórica.

A partir dessas observações, abordaremos no próximo tópico categoria de *atuação profissional* destacadas nas falas das(o) pedagogas(o), para explorarmos melhor as contribuições desse campo no exercício profissional nos espaços não escolares.

3.2.3 Categoria de atuação profissional

Inicialmente, diferenciar a prática pedagógica escolar e prática pedagógica social permite que estes campos se distingam no processo de análise das(o) pedagogas(o), cuja incorporação pelas nuances da escolarização pairam sobre o campo não escolar.

Para Calimam citado por Machado e Paula (2009), a Pedagogia Escolar tem o percurso histórico e normativo constituído com fragilidades que dão abertura para outras ciências surgissem, como a Pedagogia Social. Em vista disto, a Pedagogia Social tende a ocorrer fora dos muros da escola e geralmente em espaços institucionais com práticas educativas que visam a atender os sujeito em situação de negligências sociais, educacionais e econômicas, objetivando o acesso e reconhecimento dos seus direitos básicos, ainda que se note a emergência de experiências de Educação Social em contextos escolares cada vez mais comuns.

[...]Em geral essas pessoas não frequentam ou não puderam frequentar as instituições formais de educação. Mas não só: o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos re-afirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em outras palavras, mais que pedagogistas, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um know how com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos. (MACHADO; PAULA, 2009, p.8).

Essa assertiva permitem a melhor exploração do sentido que reveste as práticas

educativo-sociais nos espaços investigados, pois se a Pedagogia Social ocorre, principalmente, nos espaços institucionais e para um público específico, porquê as(o) pedagogas(o) não a citam quando indagados sobre "quais os princípios e metodologias utilizadas?". Assim, para as(o) pedagogas(o) os princípios e metodologias, correspondem a:

*Pedagoga 1 - "Dinâmicas, eu acho que **como nos não podemos fazer reforço**, então o **serviço de convivência trabalha muito com o lúdico**. Então porque o nosso intuito maior é **tirar a criança do trabalho infantil**, porque a dinâmica assimila muito, todo contexto de ludicidade para fazer o planejamento funcionar."*

*Pedagoga 2 - "Uso os **recursos audiovisuais**, textos, vídeos, panfletagem, palestras, atualmente, a gente esta com recursos de vídeo e som eu estou trazendo de casa."*

*Pedagoga 6 - "Como todo lugar nós **utilizamos muito o Planejamento**. Tudo o que fazemos parte do Planejamento, se nos fomos fazer um acordo de convivência, nos tempos que pensar juntos o melhor pra eles, tanto os profissionais como os beneficiários.."*

*Pedagoga 7 - "A nossa formação é muito escolar, **o que eu trago do que fazia antes pra cá é mais a minha relação com a comunidade escolar**, mas não a minha relação dentro de sala de aula."*

*Pedagoga 9 - "[...] buscando na **brincadeiras na ludicidade**, essas dinâmicas que pode **envolver letramento**, relações sociais, etc, quando quer tratar de uma temática de saúde, eu vou usar sempre ações educativas, a gente fala sobre aquilo, roda de conversa...é isso [...]"*

Vê-se, através das falas das(os) pedagogas(os), que o sentido da prática pedagógica demonstra profusão, embora se note que os processos escolares estão enraizados no modo como se referem as contribuições que a Pedagogia pode oferecer a sociedade, criando um estreitamento das referências aplicadas pelas(os) pedagogas(os) em espaço não escolar, tendo em vista que as aprendizagens decorrentes da formação inicial no curso de Pedagogia se centram nos contextos escolares. Essas circunstâncias explicam o porquê da forma escolar se constituir como uma matriz preponderante das práticas das(os) profissionais.

*Pedagoga 3 - "A gente trabalha muito a **metodologia participativa**, em dupla, grupos, a gente tenta através das atividades que eles compartilhem o que aprendeu. Geralmente, os livros a gente começa com **produções textuais** menores e matemáticas com o lúdico."*

*Pedagoga 4 - "[...]E com relação à **Metodologia Participativa**, ela é o carro chefe para como se dar a realização das atividades. A gente não constrói um planejamento sozinho... a gente não faz uma avaliação sozinho... a gente não faz um evento sozinho... **as crianças não recebem uma atividade já pronta... elas constroem**[...]"*

Conforme alguns das(o) pedagogas(o) destacaram sobre o processo metodológico utilizado, esses sujeitos realizam a prática educativo-social com o norte da *Metodologia*

Participativa, e segundo um dos Cadernos de Orientação para os trabalhadores sociais (BRASIL, 2010), o qual orientam sobre as metodologias e abordagens desenvolvidas através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Esse método possibilita o cumprimento de técnicas que retirem quais as necessidades dos usuários, analisando as questões que sobressaem para serem investigadas e conforme o diálogo que for desenvolvido entre usuário e trabalhador social, são construídos planos de ações educativo-social contemplando reflexões e caminhos que resultem na melhoria das fragilidades identificadas nos usuários (BRASIL, 2010).

Outro elemento teórico observado na fala da Pedagoga que atua no espaço da ONG é a identificação com a propositura de Paulo Freire:

Pedagoga 4 - "Como coordenação aqui na casa e como educadora, o primeiro ponto, que é principal é a gente ter claro a teoria de Paulo freire. A gente é educação popular e não tem como ser educação popular se não beber da fonte de Paulo Freire."

A ideia de Freire esta incorporada com as reflexões na relação do sujeito com e no mundo, em vista disto, opera-se práticas para sua autonomia e transformação social (MACHADO, 2014). Concebemos que a Educação Popular proposta por Paulo Freire pode potencializar a Educação Social nesses espaços dialogando com documentos normativos e outras referências mais específicas da Pedagogia Social.

As abordagens desenvolvidas nos espaços, proporcionam sentidos que possibilitem as(o) pedagogas(o) conhecer melhor a realidade de cada usuário, suas limitações, pretensões, inquietações, aspirações. Por isso, elas(e) planejam as atividades, organizam e elaboram processos que resultem no melhor acompanhamento e desenvolvimentos dos usuários e coletivos, além disso, elas (e) falaram sobre o trabalho desenvolvido em conjunto com outros profissionais,

Pedagoga 1 - "A equipe que nos trabalhamos aqui são equipe do PAIF, do qual o planejamento é feito junto com eles e o Serviço de Convivência da equipe do CRAS. Então as atividades que acontecem fora todos participam, são Assistentes Sociais e Psicólogos."

Pedagoga 2 - "O SINASE "reza" é a lei que diz que tem que ser uma equipe inter ou multiprofissional. Até agora eu vejo que se esta tentando trabalhar junto com essa equipe multiprofissional."

Pedagoga 3- "A gente trabalha aqui através do coletivo, da metodologia participativa, geralmente a gente o planejamento de acordo com a tema."

Pedagoga 4 - "Eu atuo diretamente, como supervisora, com a coordenação

administrativa e a coordenação geral, coordenação de projetos e os educadores sociais. Trabalhar com as equipes diferenciadas assim so acrescenta, porque você tem o olhar do psicólogo, o olhar do coordenador, cada um tem sua atribuição."

Pedagogo 6 - "Tem a psicóloga, assistente social, educadores, trabalhar com eles é maravilhoso, pois eu confio neles e se não confiasse tudo poderia ser prejudica, e eles atuam bem."

Pedagoga 7 - "A equipe que eu atuo tem uma assistente social, eu(pedagoga) e três psicólogas. A equipe que eu trabalho é muito tranquila, todo mundo se respeita e divide as tarefas, a gente sempre chega as conclusões em conjunto."

Pedagoga 8 - "[...] trabalho com as técnicas de referência que são Psicóloga e Assistente Social. Trabalhamos muito em conjunto porque o que os educadores fazem também ajuda os técnicos."

Pedagoga 9 - "já atuei antes, porque na nossa equipe geralmente além dos educadores sociais nós tínhamos sempre outro profissional da equipe técnica junto, só que agora não, agora é só entre educadores sociais e o próprio técnico de referência na atividade ali."

Além das impressões que vão se incorporando à medida que a(o) pedagoga(o) se insere no espaço, existe uma resistência por parte de outras pessoas que compõem as equipes de trabalho no espaço não escolar quanto ao reconhecimento desses profissionais que desenvolvem suas atividades fora da escola, resultando em situações de insatisfação pessoal com a forma pela qual são percebidas profissionalmente. A partir dessa fragilidade, as(o) pedagogas(o) descreveram suas percepções quando indagamos sobre ser pedagoga(o) em espaço não escolar e quanto ao reconhecimento das outras pessoas pelo seu trabalho.

Quadro 3 - Avaliação da atuação profissional

PEDAGOGA(O)	Como você se vê enquanto pedagogo(a) que atua no âmbito não escolar?
1	Frustrada
2	Desafiada
3	Colaborando
4	Em construção
5	Despreparada
6	Colaborando
7	Despreparada
8	Satisfeita
9	Aprendendo

Fonte: dados do projeto (2017/18)

A partir dessas denominações, as percepções mais atenuantes são negativas, por não desempenharem com reconhecimento suas funções nos espaços não escolares. Solicitou-se

que as(o) pedagogas(o) dessem uma nota para sua satisfação pessoal quanto o reconhecimento dos outros pelo seu trabalho e obteve-se uma média 7,3, sendo a menor nota 3,0 e a nota máxima 10,0. Analisando a menor e a maior nota, a *Pedagoga 7 (Analista Judiciário na Vara da Infância)* se sente *despreparada (ver quadro 3)* sua nota pode estar associada ao despreparo e desconhecimento do campo, já a *Pedagoga 8 (Educadora Social no CREAS)* deu nota 10,0 para o reconhecimento dos outros pelo seu trabalho e está *satisfeita (ver quadro 3)* no espaço que atua.

A documentação explica que a organização dos espaços é responsabilidade da coordenação do serviço e a oferta do serviço cabe as equipes técnicas, por isso o trabalho e o planejamento deve ser construído em equipe, que tenha como perspectiva "diagnósticos que dêem a visão da totalidade das necessidades de proteção de assistência Social. Uma vez conhecida a totalidade das necessidades, é possível planejar melhor os meios necessários para atendê-la" (BRASIL, 2011, p. 28). O quadro abaixo descreve algumas ações realizadas pelas(o) pedagogas(o) com os usuários nos espaços investigados.

Quadro 4 - Atividades e Metodologias

PEDAGOGA(O)	Atividades desenvolvidas	Métodos realizados	Público alvo
1	Abordagens de temas, dinâmicas, diálogo, convivência, lúdico, participação.	Visita domiciliar, Planejamento, encaminhamentos, dinâmicas.	Gestantes Crianças 0 a 6, de 6 a 14; Adolescentes 15 a 17; Idosos acima de 60 anos.
2	Exposição de ideias, sondagem da aprendizagem, abordagem de temas, recursos visuais.	Instrumentos pedagógicos (PIA) e encaminhamentos.	Jovens 18 a 21 anos
3	Atividades lúdicas, letramento, temas transversais de português e	Metodologia Participativa, produções textuais, avaliação de desempenho.	Crianças 7 a 12 anos

	matemáticas, contação de história, leituras, diálogos, exposição de sentimentos, debates sobre temas diversos temas.		
4	Avaliações, estratégias de ação, realizar atividades, diálogo, coordenação, supervisão, orientação e coordenação.	Metodologia participativa e planejamento estratégico.	Crianças 7 a 12 anos Adolescentes 13 a 17 anos Familiares Educadores
5	Serviços burocráticos, acompanhamento do processo, parecer técnico, visita aos CREAS.	Realizar entrevistas, analisar o HDV do adolescente, aplicar questionário.	Adolescentes 13 a 17 anos que cometeram ato infracional.
6	Atividades burocráticas, orientação aos técnicos e educadores, acordo de convivência, oficinas, construção de atividades lúdicas.	Planejamento, elaboração das atividades, encaminhamentos, relatórios.	Pessoas em situação de rua
7	Atendimento, sondagem, parecer técnico.	Acompanhamento do processo de adoção e realização de cursos.	Famílias em processo de adoção
8	Atendimento sistemático, marcações de atendimento, acompanhamento da evolução da medida socioeducativa (LA E	Acompanhamento, monitoramento, encaminhamentos e evolução do prontuário.	Adolescentes e jovens no cumprimento de medida socioeducativa.

	PS) e encaminhamentos para cursos profissionalizantes,		
9	Recebimento de denúncias, atividades com pessoas em situação de rua, dinâmicas, jogos, brincadeiras.	Abordagem, escuta, diálogo, encaminhamentos.	Pessoas em situação de rua.

Fonte: dados do projeto (2017/18)

As informações descritas no quadro demonstram a diversidade de procedimentos realizados para/com os usuários dos espaços investigados, sobretudo, as descrições seguem os documentos como no que está exposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em relação ao que se deve preconizar no trabalho nos serviços da Proteção Social Básica. Isto posto, o trabalho deve ter como sentido:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. (BRASIL, 2009, p. 13).

Esse trabalho proporciona mudanças significativas na vida dos(as) usuários(as), sendo o objetivo preponderante dos que trabalham com pessoas em situação de risco e que sofreram algum tipo de violação de direitos, assim os resultados observados na vida dos(as) usuários(as) são um estímulo para a continuidade das atividades, como elas(e) respondem:

Pedagoga 1 - "Então a criança que está no trabalho infantil nos vamos lá e tiramos, observamos a família, mostrando os danos causados pelo trabalho infantil, pela droga pela prostituição, pelas facções, então assim nos temos "N" casos, crianças que trabalhavam e parar por conta da nossa prática, e isso eu me regozijo porque diante de tantos problemas, encontramos algumas soluções."

Pedagoga 2 - "[...] pessoas informadas, pessoas emponderadas de conhecimento. A gente não vai dizer que o trabalho pedagógico vai mudar o agir ou o jeito de ser da pessoa, o trabalho pedagógico vai instrumentalizar, informar, vai dar conhecimento a pessoa ao estar em contato com esse conhecimento, ela vai decidir, se ela vai

aceitar este conhecimento ou vai nega-lo, por isso todo trabalho pedagógico ele é proveitoso."

Pedagoga 3 - "[...]a gente ver além da mudança na criança a participação dos pais, em reuniões ou quando manda chamar. Na escola eles quando vem algo que já trabalhamos eles falam, tudo que passamos é para melhorar a aprendizagem deles e os temas que trabalhamos também servem pra vida deles."

Pedagogo 6 - "[...]a partir do momento que os beneficiários chegam e dizem que gostaram das oficinas e que querem novamente isso já é algo positivo pra gente, se ele se identifica ele está lá. já teve um recentemente que passou no vestibular para Economia e veio buscar uma declaração de que foi usuário do Centro Pop e como ele tem vários que gostam de ler."

Pedagoga 7 - "[...]o fato da gente tentar procurar famílias substitutas pra essas crianças é uma maneira de resgatar os direitos que foram violados e evitar que ao saírem voltem a segunda vara. É um trabalho que busca a prevenção da criminalidade, de uma série de coisas pra evitar essas crianças e adolescentes cheguem a segunda vara".

Pedagoga 8 - "A gente faz o possível para acolher eles, para inseri-los na escola, encaminha-los para o primeiro emprego e fazer eles buscarem sua profissionalização. Com as famílias, através do grupo operativo, nos a cada 15 dias usamos temas que são trabalhados com os adolescentes e depois com os pais. "

Pedagoga 9 - "[...] a gente incentiva através dos jogos, das brincadeira que a gente usa e muitos tem vontade de estudar, de aprender a ler e até coisas simples as questões de relações sociais, de conversar, de escutar, isso são coisas que ajudam muito a eles, a gente sempre escuta."

Ainda sobre o campo de atuação e de conceitos que poderiam estar presente na descrição do campo de práticas pedagógicas desenvolvidas, as autoras Santos e Lemes (2016) abordam alguns conceitos pertinentes quanto ao contexto do campo de trabalho, colaborando para compreendermos quais concepções se ausentam nas falas dos entrevistados quando indagados sobre sua atuação pedagógica.

Lugar social “ (1) os diferentes pontos de chegada no campo social; (2) a difícil tarefa, segundo os próprios trabalhadores, de dizer o que fazem; e (3) o que dizem que fazem e o que fazem de fato, refletindo sobre o educativo presente nas práticas desenvolvidas por esses trabalhadores, conforme seus próprios relatos”. (p. 45).

Trabalhadores sociais “diversidade de profissionais que está envolvida nas mais diferentes atividades das ONGs. Consideramos que independente da atividade que exerça, sua ação também é educativa.”. (p. 47).

Campo social “esse é um campo que se constitui na interrelação com diferentes áreas do saber, portanto, com diferentes trabalhadores e diferentes formações, integrando o que estamos chamando de trabalhadores do campo social.”. (p. 54)

Considera-se que em virtude da ausência de alguns elementos teórico-metodológicos concernentes ao campo não escolar, é comum que se reproduza orientações estritamente técnicas derivadas de documentos que baseiam as práticas profissionais, ou seja, a identidade do trabalho que os sujeitos realizam não é estruturada a partir de concepções mais específicas

sobre pedagogias não escolares aprendidas na formação, mas sim de acordo com o que está posto nos discursos institucionais. Esse dado fica evidente nas falas das(o) pedagogas(o) descritas nas falas a seguir, quando foram indagados quanto às funções desenvolvidas nos espaços não escolares. Destacamos que as(o) pedagogas(o) descritos correspondem aos espaços da Assistência Social (CRAS e CREAS), Socioeducação (Unidade Socioeducativa) e Justiça (Vara da Infância).

Quando a prática se destina aos coletivos, o *planejamento* se configurou como um processo para organização do trabalho, como responde a *Pedagoga 1*:

*Pedagoga 1 - "Bem, aqui temos o **serviço de convivência** que abrange a área do CC2, que abrange crianças de 6 a 14 anos, todos os dias eu faço visita para saber se o **planejamento** que eu faço mensal esta de acordo com o que eu fazemos aqui. Tem outro ciclo que pega as gestantes que é de zero a seis anos, também é feito planejamento dentro do social, com filhos crianças com até seis anos de idade. Temos os idosos com acima de 60 anos que também é feito planejamento, trabalhando dentro do social com vários temas, por exemplo esse mês que é março por exemplo que o mês da mulher, então aqui nos **trabalhamos com direito do "ser", através da convivência, do social e participação**, esses são os três eixos que nos trabalhamos aqui. Ainda temos os de 15 a 17 anos que são os adolescentes, na faixa etária que você que é bem difícil."*

A prática pode ter *sentindo de orientação escolar* se tratando de jovens em privação de liberdade, o acompanhamento é realizado, sistematicamente, para acompanhar a aprendizagem dos jovens e incentivá-los a estudarem e se ocuparem para evitar a ociosidade dentro das Unidades Socioeducativas, pois é o que orienta o SINASE (BRASIL,2012), é o que destaca a *Pedagoga 2* que atua na Unidade Socioeducativa:

*Pedagoga 2 - "[...] mando chamar os jovens que estão mostrando déficit de aprendizagem e de atenção, ou que não querem ir a escola, também chamamos os que estão indo e para incentiva-los a continuar indo para escola dar informação. Através do **Plano Individual de Atendimento (PIA)**, apresento vídeos caso seja necessário, se ele não estiver ido a escola a gente vai querer saber os motivos e incentivá-los como ele poderia superar esses motivos. Encaminhamos para o que for necessário, se caso ele precise de reforço, encaminhamos a equipe coordenação pedagógica da escola. Então a gente preenche formulários, preenche fichas individuais tudo isso a gente tem aqui e coloca na pasta do jovem, para quando nos formos atender aquele jovem novamente sabermos tudo que foi feito com ele anteriormente e o que temos que fazer, é tipo um diário, a ficha individual é isso, acompanha o menino na escola, porque só tem eu de pedagoga aqui mesmo, conforme o **SINASE** a gente devia atender apenas 40 jovens, mas aqui tem 150 jovens, então não consigo dar conta de tudo, por isso a gente encaminha e o resto é de praxe, a gente atende por dia uns 10 a 15 meninos. A escola é aqui dentro, mas não faz parte da unidade, corresponde a Secretária da Educação, ela segue o currículo da secretária da educação, **Escola Cidadã Integral Socioeducativa, manhã aulas formais e a tarde cursos profissionalizantes**[...]."*

No espaço da justiça, a inserção da pedagoga se configura como um suporte para a verificação de elementos que podem *influenciar na sentença*, acontecendo em conjunto com outros profissionais, para que sejam subtraídas informações que expliquem o contexto e o motivo para o ato infracional cometido, como o que preconiza o SINASE (BRASIL, 2012), é o que responde a *Pedagoga 5*, a qual atua na 1ª Vara da Infância e Juventude:

*Pedagoga 5 - "Aqui nos somos uma equipe multiprofissional, esse polo tem uma equipe com pedagoga, assistente social e psicólogas que chamam de psicossocial, as pessoas aqui fazem vários serviços burocráticos, todo acompanhamento do processo, tanto é que este **setor trabalha muito em conjunto com o Juiz e cartórios, com os CREAS**, pra acompanhar as medidas socioeducativas. Fazemos visitas nas unidades socioeducativas. O principal **objetivo da equipe é dar o apoio ao juiz para sentença**, fazer o atendimento com este adolescente que vai para audiência, caso o juiz veja necessidade, porque o juiz precisa conhecer melhor, aí nos **construímos o HDV, que é a História de Vida dos adolescentes** e os pareceres da construção social e psicológica do adolescente, para que o juiz não fica só baseado na infração, para que ele conheça melhor a vida desse adolescente, desde a gestação até os dias atuais, para que ele saiba como anda esse adolescente. Por isso nossa preocupação não é com a infração, mas com toda conjuntura que levou ele a cometer o ato infracional."*

Em outros espaços, as especificidades técnicas e a metodológicas se sustentam pela Política de Assistência Social (LOAS, 1993; PNAS, 2004; SUAS, 2011), além das orientações técnicas atualizadas dos Cadernos do Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2011), neste espaço, ela se articula também com o SINASE (BRASIL, 2012), estes documentos orientam a atuação da Pedagoga 8, como ela relata:

*Pedagoga 8 - "Faço atendimento sistemático, encaminhamentos de medidas socioeducativas, acompanho os monitoramentos dessas medidas, monitoramento da **L.A(Liberdade Assistida)**, porque todo mês eles vem pra gente fazer o monitoramento da L.A. e **PSC (Prestação de Serviço a Comunidade)**, muitas vezes a gente faz diversos encaminhamentos, mas esse adolescente não cumpre, então nos educadores temos que fazer o acompanhamento dessa evolução e passar para as **Técnicas de Referência**. Também fazemos as marcações de atendimento, aqui também tem **PAEFI**, que são atendimentos de violações. A gente recebe os encaminhamentos dos meninos que vão pagar medidas da Vara da Infância, então a gente entra em contato com esses adolescente, faz o agendamento para o primeiro atendimento e daí eles conhecem o trabalho do CREAS, que é fazer o que a justiça pede, a prestação de serviços e a Liberdade Assistida (LA), que é a vinda deles todo mês para fazer o atendimento sistemático. Já a **Prestação de Serviço** a gente busca parecerias, vamos para PSF (Unidades de Saúde) e as escolas, também tem o círculo cultural aqui de Mangabeira que está recebendo, a prefeitura também tem a escola de marcenaria que recebe esses adolescentes e nos encaminhamos eles pra fazerem os cursos de marcenaria. Temos várias parcerias. Quando eles não frequentam, nos sabemos através do monitoramento, os educadores fazem a evolução no prontuário e entregam as técnicas, e estas ficam responsáveis por fazer os relatórios e enviar para 2ª Vara da Infância e Juventude."*

A partir dessas falas, nota-se que a gama de funções desempenhadas pelas pedagogas estão bastante impregnadas de orientações técnicas dos serviços e instituições onde são

desenvolvidos. Isso decorre do que já havíamos destacado no segundo capítulo: os documentos que dão norte para as especificidades do trabalho, devido a amplitude de questões que constituem toda política pública social, como conceitos, abordagens, atribuições e contribuições específicas da própria política e usuários, por isso o conhecimento quanto ao que preconiza as leis e documentos que circundam os serviços são recorrentes na vida e falas das(o) pedagogas(o).

Outrossim, mesmo com os mecanismos de orientações técnicas disponibilizados pela política de Assistência Social e Socioeducação, recorrer permanentemente aos documentos para promoção das ações educativo-sociais não dispensa a utilidade dos conhecimentos teóricos para composição das ações. Verifica-se que a relação entre os dois campos, técnico e científico, podem possibilitar processos e resultados mais precisos para a realidade dos usuários.

Assim, trazer subsídios conceituais da Pedagogia Social para a atuação das(os) pedagogas(os) nos espaços não escolares, asseguram outras abordagens para resoluções das fragilidades verificadas, desenvolvendo ações educativas direcionadas para a promoção de reflexões, transformações e autonomias sociais (MACHADO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela campo, como já dito anteriormente, ocorre pelo contato com alguns espaços não escolares e pelas inquietações sentidas durante a graduação. Através da pesquisa, estas inquietações foram supridas, a partir do contato com os conceitos e contextos que contemplam os espaços não escolares e as práticas educativo-sociais.

Verifica-se a relevância da pesquisa, por apresentar dados que demonstram a diversidade e desalinhamento de saberes e métodos para as práticas educativo-sociais, reforçando a importância da aquisição de elementos teóricos estruturados na formação acadêmica, evidenciando a existência desses outros cenários educativos e dos(as) egressos que escolheram enveredar por este caminho, sobre tudo, para o campo social, o qual é destacado nesta pesquisa. Assim, pudemos verificar quais os subsídios teóricos necessários para compreender melhor como ocorrem as práticas, as fragilidades existentes na formação dos(as) egressos(as) identificados(as) e como os saberes adquiridos na formação são construídos na atuação desses(as) profissionais.

O delineamento deste trabalho articulou aspectos investigativos contemplando a formação, identidade e atuação pedagógicas(os) da Assistência Social, Socioeducação, Justiça e ONG, de modo que foi possível observar que tais espaços têm particularidades que os diferem em relação entre organização, objetivos e público atendido.

O arcabouço teórico foi estruturado para a ressignificação do sentido científico da Pedagogia e sobre o campo de construção das práticas educativo-sociais, tendo a Pedagogia Social como norte dessas práticas. Além disso, ressaltamos a importância em acrescentar novas experiências dentro das instituições acadêmicas, ampliando as oportunidades de investigação e contato com os espaços não escolares, mostrando a diversidade educativa que emerge das práticas pedagógicas como um eixo estruturador dos currículos de formação inicial de pedagogos(as).

A partir dos dados, identificamos que a identidade é construída a medida que o profissional experimenta o trabalho e se incorpora ao ambiente na relação com os outros, pois a formação não possibilita que essa identidade seja concebida em relação aos desafios do campo não escolar. Como confirma Dubar (2012), ela se dá na relação do indivíduo com o mundo profissional, com a experiência. Quando a identidade não está concebida, a atuação profissional ocorre muitas vezes pelo imprevisto, transposição da forma escolar para outros

cenários de trabalho ou na realização da prática só por meio de reprodução dos documentos, sem proporcionar uma reflexão mais crítica com os indivíduos e/ou coletivos.

Destaca-se, também, o aparato técnico que respalda os espaços da Assistência Social e Socioeducação, pois estes são pautados por bases documentais específicas e preconizam algumas práticas realizadas. Contudo, as práticas educativo-sociais tem como condução outros elementos que são verificados ao contato com os indivíduos e coletivos, por isso, precisa ter planejamento, técnica, criatividade pedagógica para além do que está posto em documentos que raramente figuram a Pedagogia e a Educação Social. Libâneo (2001) destaca,

A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc.(p. 7).

O currículo, a didática e o planejamento educativo fazem parte do corpo teórico adquirido durante a formação das(os) profissionais e da realidade laboral, mas mostram-se timidamente como alternativa para construção das práticas realizadas, já que se centram na forma escolar. Além disso, a prática educativo-social deve ter como sentindo as multiplicidades que compõem os usuários, pensar nos diversos elementos educativos, sejam por fala, gestos, exemplos. Por isso, não é qualquer pessoa que pode fazer o que a(o) pedagoga(o) faz. Deve-se levar em consideração que existem saberes e procedimentos que competem a(o) pedagoga(o) mobilizar, por isso o planejamento, a organização e a didática podem estar presentes nas atividades desenvolvidas.

A didática, em especial, descrita por alguns teóricos para o campo social, se distingue da didática para escola, de modo que, segundo, Machado (2017, p. 217) "[...] não pode ser entendido como apenas um campo técnico que inspire instruções de como trabalhar com grupos[...]". Destarte, a perspectiva da didática estabelecida para os espaços não escolares não se configura para animação, ela é para o exercício da prática educativo-social parte importante, nesse sentido,

Precisamos de didática da educação social para redescobrir essas pontos de referência para a tomada de decisões educacionais. Para orientar a ação educativa Para planejar nossa tarefa Ser capaz de ter critérios de reflexão e melhoria contínua. Diagnóstico, planejamento de processos e avaliação. (ARAN; MIRAVALLES, 2003, p.76).⁴

⁴ Necesitamos la didáctica en educación social para reencontrar estos puntos de referencia para tomar las decisiones educativas. Para poder guiar la acción educativa Para poder planificar nuestra tarea Para poder tener

A Pedagogia Social como campo de saberes e práticas norteadores dos processos educativo-sociais encontra nos espaços institucionais um caminho para o fazer o que saber potencializador da educabilidade humana. Assim, esses processos visam provocar os usuários para que os mesmos se inquietem e reflitam sobre sua condição, se desenvolvendo autonomamente e se integrando às suas comunidades de referência em um processo de emancipação social.

Ressalta-se outra relevância do estudo, por este mapear os espaços não escolares e encontrar egressos de Pedagogia nesses espaços realizando práticas educativas, apesar da fragilidade na estruturação das práticas com o norteamento dos subsídios teóricos.

critérios de reflexión y mejora continua. De di agnóstico, de planificación de proceso, y de evaluación. (ARAN; MIRAVALLS, 2003, p.76).⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAN, Artur Parcerisa; MIRAVALLS, Anna Forés. **Didáctica y educación social: ¿Una convivencia llena de posibilidades?** In: Educación social: Revista de intervención socioeducativa, nº 25, 2003, p. 71 – 84.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2010

Carvalho, A; Baptista, I. **Educadores Sociais – Uma Identidade profissional em construção in Educação social: Fundamentos e Estratégias**. Porto. Porto Editora. 83- 105, 2004.

COFFERRI, F. F.; NOGARO, A. Competências do pedagogo como educador social - promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano. PERSPECTIVA, Erechim. v.34, n.128, p. 7-21, dezembro/2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescentes**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **NOB-RH Anotada e Comentada –** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão, 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia**. Resolução nº 1 de 15 de maio de 2006. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Prática pedagógica na Assistência Social: Fortalecendo o processo de inclusão social através dos CRAS**. Brasília: MDS, SDSC.2006.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Especial dos Direitos Humanos- Brasília- DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012

BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2010

FRANCO, M. A.do S. F. **Pedagogia como Ciência da Educação**. 2. ed. rev. ampl. - São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELEIRO, Steven. **Pedagogia Social: aspectos essenciais e definitórios**. Universidade da Beira Interior - Portugal, 2008.

DUBAR, CLAUDE. **A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional.** Tradução Fernanda Machado. Cadernos de Pesquisa v.42 n.146 p.351-367 maio/ago. 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes. **De pedagogos a professores: balanço de uma década das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia no Brasil.** Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 2, n.1, p. 41-55, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social.** Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GORETTE, Milena da Silva. RODRIGUES, Marli de Fátima. **A Pedagogia Social e a Educação Social Frente às Demandas de Atuação do Pedagogo.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 12, n. 30, p.203-218 jan./abr. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Curitiba, Editora da UFPR, Educar, n. 17, p. 153-176. 2001.

MACHADO, Erico Ribas, **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha.** 2014 (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo.

_____, **Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades.** Erico Ribas; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; RODRIGUES, Marli de Fátima. Interfaces Científicas - Educação • Aracaju • V.3 • N.1 • p. 11 - 20 • Out. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOURA, Eliana P. G.; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social.** Educação Unisinos 10(3):228-236, setembro/dezembro, 2006.

MOURA, Eliana P. G.; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. MENDES, Magali de. **Práticas de educação não escolar entre a precarização e a profissionalização.** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 87-100, set-dez, 2014.

MOURA, Eliana P. G.; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Socialização escolar, educação não escolar e (con)formação de sujeitos.** Revista Contrapontos, Itajaí, SC., v. 14, n. 2, p. 339-352, jul. 2014

MÜLLER, Verônica Regina. **A formação do profissional da educação social: espectros da realidade.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, 2010.

PEREZ SERRANO, Glória. **Pedagogia Social - Educación Social Construcción científica e intervención practica.** Madrid: Narcea, 2003.

PEREZ SERRANO, Glória.; GARCÍA, Ana Fernández.; LLAMAS, José Luis García. **Fundamentos de la Pedagogía Social y de la Educación Social.** Interfaces Científicas - Educação, Aracaju, v.3, n.1, p. 21 - 32, Out. 2014.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia e Pedagogos Escolares**. Tese de doutorado, USP, SP, 2006.

SACRISTAN, José Gimeno (org). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, KARINE; LEMES, Marilene Alves. **O sentido do trabalho educativo no campo social**. Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 21, n. 43, p. 45-67, set./dez. 2016.

_____, Karine; PAULA, Ercilia Maria Angeli Texeira de. **A teoria de Paulo Freire como fundamento da pedagogia social**. Interfaces Científicas - Educação, Aracaju, v.3, n.1 • p. 33 - 44, Out. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. Cad. Pesqui. , São Paulo, v.37, n.130, 2007.

SEVERO, J. L. R. L. . **A constituição da Pedagogia: entre a instrucionalização e o paradigma da Ciência da Educação**. Temas em Educacao (UFPB) , v. 15, p. 12-23, 2012

_____, J. R. L. de I.; Pimenta, S. G. **A pedagogia entre o passado e a contemporaneidade: apontamentos para uma ressignificação epistemológica**. Inter-Ação, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 477-492, set./dez. 2015. (ARTIGO)

_____, J. R. L. de I. **Pedagogia e Educação Não Escolar no Brasil: critica epistemológica, formativa e profissional**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba.

_____, J. R. L. de I. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015.

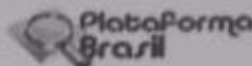
_____, J. R. L. de I. **Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 978-995, jul./set. 2017 <http://www.perspectiva.ufsc.br>

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

SHIMITZ, Taís. **O pedagogo e a educação contemporânea: muitos desafios**. Curitiba: Intersaberes, cap. 1, p.13 - 25, 2013.

Anexos

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO CAMPO DE ATUAÇÃO DE PEDAGOGOS

Pesquisador: José Leonardo Rolim de Lima Severo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67266617.2.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.189.526

Apresentação do Projeto:

A pesquisa se configura como um estudo exploratório de campo, uma vez que concorre à construção de registros empíricos que possibilitem mapear características de uma determinada problemática e aprofundar o seu estado de conhecimento, de modo que respalde progressivos graus de aprofundamento analítico posterior, como assinala Flick (2009). A estratégia de ação investigativa se desdobra em três fases: a) mapeamento de campo dos espaços de práticas de educação não formal nos quais atuam licenciados em Pedagogia; b) realização de entrevistas junto a pedagogos que atuam no âmbito não formal; c) análise do projeto curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do CE/UFPB, a fim de construir dados de problematização da situação formativa nesses cursos no que diz respeito à inserção de conteúdos ligados à Educação Não Formal. A coleta de dados referente à primeira fase da pesquisa se dará através da busca virtual, inclusive com o uso de redes sociais para divulgar os objetivos da pesquisa, e in locu, através de contatos telefônicos, para encontrar pedagogos que atuam em práticas educativas não formais.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

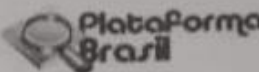
Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticacosufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.189.526

Objetivo da Pesquisa:

Investigar fundamentos, finalidades e características que configuram modos de atuação de pedagogos no âmbito socioeducativo em João Pessoa,

Paraíba, a partir do uso de categorias descritivas para tal fim (fundamentos, finalidades, público alvo e âmbito de realização, organização metodológica e relevância social).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde. As dificuldades pressupostas ao desenvolvimento da pesquisa são relativas a possíveis obstáculos operacionais para coleta de dados nas três fases que constituem o processo investigativo, embora se acredite que o planejamento de uma série de ações sistemáticas torne viável o acesso aos dados documentais e aos entrevistados, minimizando, dessa forma, o surgimento de dificuldades que comprometam a consecução dos objetivos geral e específicos.

Benefícios:

Os benefícios dizem respeito à possibilidade dos resultados da pesquisa provocarem reflexões sobre o protagonismo do pedagogo na sociedade contemporânea na medida em que, a partir delas, possam ser criadas alternativas para o trabalho desse profissional no que tange à organização de processos de formação que se ajustem a especificidade de contextos em que as pessoas necessitam de uma abordagem educativa diferenciada e cujas aprendizagens lhes permitem um aumento em seu bem-estar, seja em virtude da otimização da inclusão social pelo uso do saber, como também pela realização pessoal associada à aquisição de conhecimentos, ou pelo aprofundamento da conscientização sociopolítica necessária à mudança da sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em consonância com título, objetivos propostos, referencial teórico, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após o cumprimento das recomendações, apresenta a documentação de praxe.

Recomendações:

Divulgar resultados.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

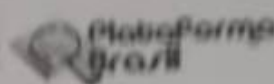
Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Parecer CEP

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA



Continuação do Parecer: 3.199.509

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEPICCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_801950.pdf	20/07/2017 00:01:01		Aceito
Outros	projetoibicnovo2.doc	20/07/2017 00:00:40	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Outros	anunciaceufpb.pdf	19/07/2017 23:59:29	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoibicnovo.doc	30/06/2017 13:22:15	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Outros	instrumentocoletaPiBIC.pdf	30/06/2017 13:19:41	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLenovacep.pdf	30/06/2017 13:18:51	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Outros	declaracaodhppibic.pdf	30/06/2017 13:18:06	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	17/04/2017 22:31:08	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto.pdf	12/04/2017 14:41:14	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3215-7791

Fax: (83)3215-7791

E-mail: eticaccufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.189.526

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 27 de Julho de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO SIN
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticacc@ufpb@hotmail.com

Página 04 de 04

Apêndices



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

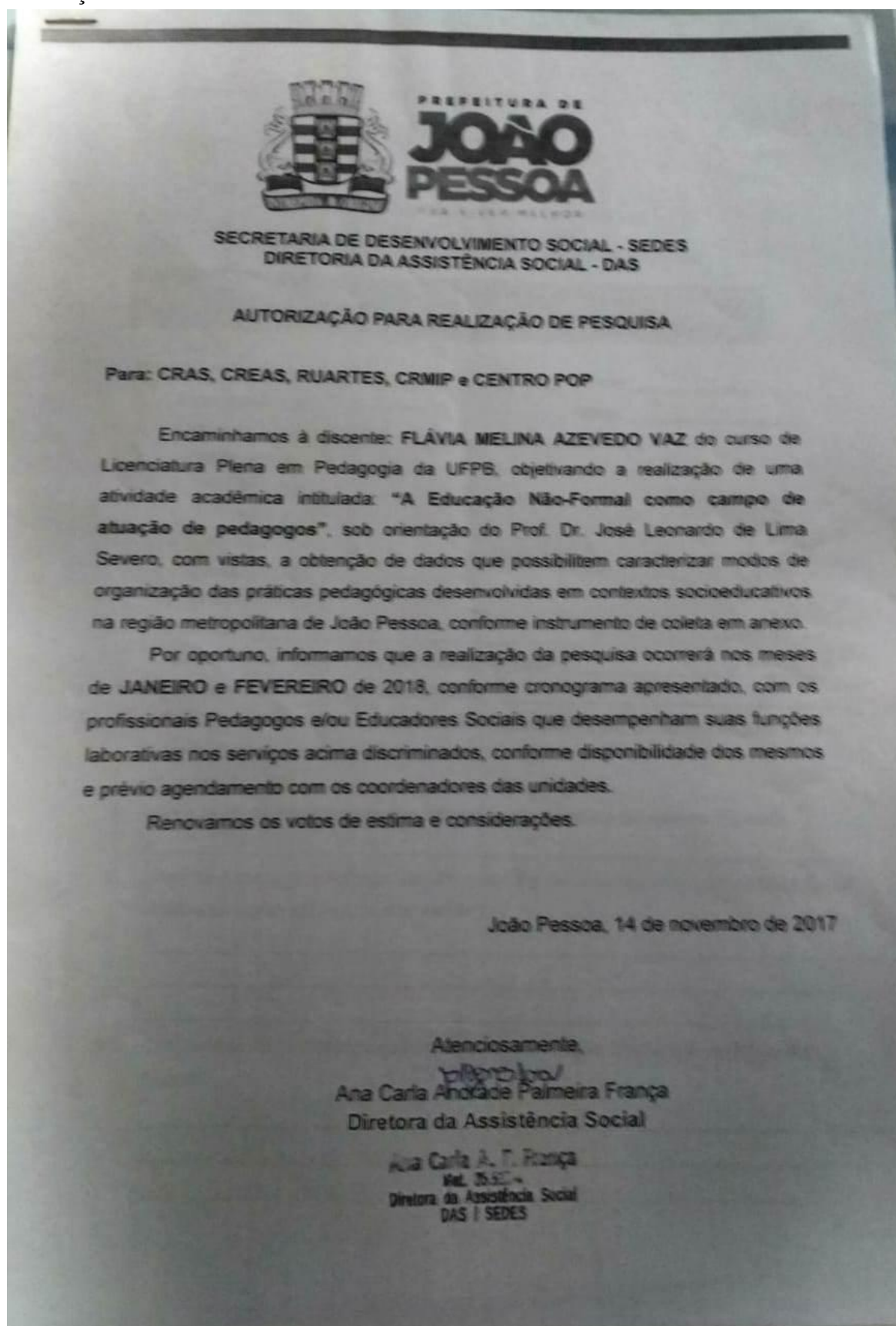
Prezado(a) Senhor(a),

Na condição de coordenador do projeto de investigação “A Educação Não-Formal como campo de atuação de pedagogos”, pertencente ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES), solicito a autorização para que a aluna Flávia Melina Azevedo Vaz – Mat. 11319903 – discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia dessa Universidade e bolsista do referido projeto, sob minha orientação, possam coletar dados junto a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC) e nas Unidades Socioeducativas do qual o senhor(a) é o(a) responsável direto(a), através de questionários e entrevistas aplicadas junto a profissionais que atuem na formulação, gestão, execução e/ou acompanhamento de práticas pedagógicas.

O objetivo da investigação é caracterizar modos de organização das práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos socioeducativos na região metropolitana de João Pessoa. A coleta de dados não implicará em quaisquer ônus para a instituição/órgão/setor e o princípio do sigilo quanto à identidade pessoal das(o) pedagogas(o) será preservado. Os dados serão utilizados na produção de relatórios científicos apresentados posteriormente na forma de artigos, pôsteres, capítulos de livros e/ou outros materiais de divulgação acadêmica.

Desde já, agradeço a sua colaboração e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo
Coordenador do projeto – Professor Adjunto A (CE/DHP/UFPB)
Líder do GEPPTES
Matrícula SIAPE: 1152512
Tel: (83) 99983-3699. E-mail: leonardosevero@ce.ufpb.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Prezado(a) Senhor(a),

Na condição de coordenador do projeto de investigação “A Educação Não-Formal como campo de atuação de pedagogos”, pertencente ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES), solicito a autorização para que a aluna Flávia Melina Azevedo Vaz, discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia dessa Universidade e bolsista do referido projeto, sob minha orientação, possa coletar dados junto a Educadora Social da Média Complexidade, a funcionária Taiza Silva Gomes, não comprometendo a segurança de informações de sigilo institucional e nem de seus usuários.

O objetivo da investigação é caracterizar modos de organização das práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos socioeducativos na região metropolitana de João Pessoa. A coleta de dados, será realizada através de questionários e entrevistas aplicadas junto a profissionais que atuem na formulação, gestão, execução e/ou acompanhamento de práticas pedagógicas. Os dados serão utilizados na produção de relatórios científicos apresentados posteriormente na forma de artigos, pôsteres, capítulos de livros e/ou outros materiais de divulgação acadêmica.

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Segue anexo o parecer do CEP, cópia do projeto e questionário.

Desde já, agradeço a sua colaboração e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo
Coordenador do projeto – Professor Adjunto A (CE/DHP/UFPB)
Líder do GEPPTES
Matrícula SIAPE: 1152512
Tel: (83) 99983-3699. E-mail: leonardosevero@ce.ufpb.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Prezada Secretária,
Aparecida Ramos de Meneses.

Na condição de coordenador do projeto de investigação “A Educação Não-Formal como campo de atuação de pedagogos”, pertencente ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES), solicito a autorização para que a aluna Flávia Melina Azevedo Vaz, discente do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia dessa Universidade e bolsista do referido projeto, sob minha orientação, possa coletar dados junto a Educadora Social da Média Complexidade, a funcionária Taiza Silva Gomes, não comprometendo a segurança de informações de sigilo institucional e nem de seus usuários.

O objetivo da investigação é caracterizar modos de organização das práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos socioeducativos na região metropolitana de João Pessoa. A coleta de dados, será realizada através de questionários e entrevistas aplicadas junto a profissionais que atuem na formulação, gestão, execução e/ou acompanhamento de práticas pedagógicas. Os dados serão utilizados na produção de relatórios científicos apresentados posteriormente na forma de artigos, pôsteres, capítulos de livros e/ou outros materiais de divulgação acadêmica.

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Segue anexo o parecer do CEP, cópia do projeto e questionário.

Desde já, agradeço a sua colaboração e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo
Coordenador do projeto – Professor Adjunto A (CE/DHP/UFPB)
Líder do GEPPTES
Matrícula SIAPE: 1152512
Tel: (83) 99983-3699. E-mail: leonardosevero@ce.ufpb.br



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre a Educação Não Formal como campo de atuação de pedagogos e está sendo desenvolvida pelo Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo, do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação, na Universidade Federal da Paraíba. O objetivo da pesquisa é objetivo de investigar fundamentos, finalidades e características que configuram os modos de atuação de pedagogos em práticas educativas não formais na cidade de João Pessoa.

A pesquisa poderá impactar positivamente no acúmulo de referenciais sobre como o curso de Pedagogia pode desenvolver processos formativos orientados aos âmbitos da Educação Não Formal, atendendo a uma demanda social contemporânea de formação humana que ultrapassa o limite da escola, colaborando, assim, com a democratização do acesso a conhecimentos e práticas que ajudem as pessoas a se inserirem de modo otimizado em contextos de interação social, trabalho e cultura diversos. Igualmente, promove o reconhecimento da atuação do pedagogo na Educação Não Formal, implicando na formulação de referenciais que podem incrementar, potencialmente, a intervenção desse profissional para o desenvolvimento social.

Solicitamos a sua colaboração para que participe da coleta de dados da pesquisa, respondendo a um questionário semiestruturado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e afins e publicar em revistas científicas e outros meios de divulgação acadêmica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa – PB, ____ de ____ de 201__.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador José Leonardo Rolim de Lima Severo no número (83) 99983-3699.

Endereço: Cidade Universitária, Campus I. Setor Humanístico. Bloco III. João Pessoa – PB. Brasil. CEP: 58059-900. ☎ Fone: (83) 3216-7702

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa com pedagogos(a) e educador(a) social em espaços não escolares

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____ Cidade: _____

1. Sexo: Masculino (☐) Feminino (☐) Idade: _____

2. Cidade ou estado onde reside: _____

3. Renda salarial: _____

4. Nível de escolaridade:

(☐) Fundamental

(☐) Médio

(☐) Técnico: _____

(☐) Superior Incompleto: _____

(☐) Superior Completo: _____

(☐) Pós Graduação: _____

5. Função/cargo que desempenha: _____

6. Quanto tempo você trabalha na sua atual função? _____

7. Desempenha outra função laboral? Qual?

8. Realizou algum curso de capacitação, aperfeiçoamento ou especialização para o trabalho que desempenha?

(☐) Sim (☐) Não

Se a resposta acima for sim, nos informe qual o curso e a duração do mesmo?

9. Quais as atribuições do seu cargo/função atualmente? Que atividades desenvolve?

10. Que outras experiências de trabalho você teve no campo educacional ou socioeducativo anteriormente?

11. Descreva quais os desafios que enfrenta na sua função ou cargo como pedagogo(a) , educador(a) ou orientador social?

Nossa pesquisa deverá contemplar mais uma fase de coleta de dados na qual aplicaremos entrevistas individuais para aprofundar elementos destacados a partir da análise das informações obtidas nesse questionário. Tal fase está prevista para acontecer em março de 2018. Você gostaria de participar dessa próxima fase? Entendemos que sua participação será fundamental para o nosso trabalho investigativo que tem como propósito, além da pesquisa científica, promover o debate sobre a importância do reconhecimento e da valorização dos(as) profissionais e trabalhadores(as) no campo educativo-social.

Se sua resposta for sim, por favor nos informe seu e-mail e número telefônico para contato.

E-mail: _____

Telefone: _____

Deixando seu contato, poderemos lhe manter informado(a) do andamento da pesquisa e de publicações derivadas da análise dos dados que você nos auxiliou a constituir.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Leonardo Rolim Severo (UFPB/CE/DHP)

Flávia Melina – Graduanda em Pedagogia (UFPB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS



Roteiro para entrevista semi-estruturada
Pesquisa com pedagogos(a) e educador(a) social em espaços não escolares

Dados de identificação e controle de aplicação

Data :___/___/___ Cidade:_____

Idade:

Função:

Tempo de exercício na função:

Instituição onde trabalha:

Formação Acadêmica

1. Qual a sua trajetória de formação acadêmica para atuar como pedagoga nesse espaço?
Onde estudou? Que cursos fez? Quando os concluiu?
2. Você participou de cursos de formação continuada? Se sim, conte-nos a motivação que te levou a fazer esses cursos?
3. Como você avalia a formação acadêmica recebida no curso Pedagogia para atuar nesse espaço?
4. Durante o curso de Pedagogia você participou de estágios e/ou projetos de ensino, pesquisa ou extensão no campo da educação fora dos espaços escolares?
5. Atribua uma nota de 0 a 10 para o seu curso de Pedagogia.

Identidade profissional

6. Como você definiria a profissão de pedagogo(a)?
7. Como você se vê enquanto pedagogo(a) que atua no âmbito não escolar?
8. Você, enquanto profissional que atua no âmbito não escolar acha que é reconhecido(a) conforme suas expectativas pessoais?
9. Você poderia atribuir uma nota de 0 a 10 para sua satisfação pessoal quanto ao reconhecimento do seu trabalho por parte das pessoas que fazem essa instituição?

10. Quais os saberes e habilidades mais importantes, na sua opinião, para o desenvolvimento das suas funções profissionais?

Trabalho Pedagógico

11. Conte-nos um pouco da sua rotina de trabalho.
12. Você atua em equipe interprofissional? Se sim, fale-nos um pouco dessa experiência.
13. Como você organiza, do ponto de vista pedagógico no seu trabalho nesse espaço?
Quais princípios e metodologias que aplica no dia-a-dia profissional?
14. Quais os desafios e outras considerações relevantes que possa destacar para/sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no campo não escolar?
15. Há algum outro elemento que você considere relevante ser mencionado nessa entrevista que não tenha sido destacado nas perguntas anteriores?